



E TRABALHO

reflexão

INSTITUTO DE FILOSOFIA

PUCCAMP

REFLEXÃO 35

LAZER E TRABALHO

SUMÁRIO

Editorial	5
ARTIGOS	
Paulo de Salles Oliveira , Tempo livre, trabalho e lutas sociais . .	7
Nelson Carvalho Marcellino , Considerações sobre valores expressos por autores brasileiros na relação lazer-educação	15
Katia Brandão Cavalcanti , Tempo livre, lazer e luta ideológica	24
Maria Izabel de Souza Lopes , "É pirueta pra cavar o ganha-pão"	33
João Ribeiro Junior , Algumas considerações sobre o ócio como lazer	38
Luiz Alberto Lorenzetto , Jogo, imaginação e generosidade . . .	43
Lênea Gaelzer , O compromisso social da educação para o tempo livre	49
Norma Felicidade Lopes da Silva , A dimensão ideológica do lazer	57
Carmen Cinira de Andrade Macedo e Luis Cláudio Mendonça Figueiredo , Domingo na praia — A dimensão simbólica do lazer popular	62
Luiz Gonzaga Godoi Trigo , Considerações sobre lazer e educação em sociedades pós-industriais	74
RESENHAS	88

EDITORIAL

O LAZER NO REINO DO PRODUTIVISMO

“Tudo na vida é ritmo”, dizia Goethe numa sociedade ainda bem distante da tecnificação. Veio, porém, a mecanização das sociedades ocidentais e o **tempo da máquina** deu um golpe de misericórdia no que restava, agonizante, do tempo humano. Se antes o homem acordava ao findar do seu sono e comia quando sentia fome, agora ele acordará com o trinar do despertador e se alimentará — tenha ou não fome — no horário de refeição deixado pela estruturação do trabalho. Tudo que na vida era ritmo é transformado pelo homem em formidável desritmia. Primeiro, o impacto da **automatização** que vem com a primeira revolução industrial; novas formas de energia a mover o mundo do trabalho, empregando o vapor, o carvão, a eletricidade, a fim de que substituam a atividade basicamente muscular. Depois, o evento da **automação** no fluxo da carreira cibernética, tornando vertiginosamente veloz o raciocínio humano desde que apoiado nos poderes eletrônicos da computação. Tudo passa a ser desritmia.

Ao mesmo tempo uma lógica industrialista funda o reinado do **produtivismo**, transformando o traçado convивencial da vida pré-tecnológica na direção de um desenho delirantemente competitivo e marcado por um sem-número de formas de espoliação do trabalho humano. Os segmentos ditos não-produtivos da sociedade — velhos, crianças, deficientes mentais e físicos — são deliberadamente postos à margem do espetáculo social, constituindo-se num resíduo indesejável que parece ameaçar a febre da produção.

O nosso tempo se empobrece de muitas características das antigas formas de convivência humana, pois passa-se a viver a realidade das vertiginosas transformações sociais que ultrapassam o poder de velocidade do amadurecimento espiritual do homem. Eis porque o nosso tempo fala muito intensamente das coisas que não tem: diálogo, lazer, fruição do momento, etc. Ao longo de sua história a humanidade já vivenciou o **trabalho** como forma de sua realização plena, ainda que no mais das vezes este venha sendo experienciado como brutal expediente de alienação, desde que se deixe de parte a riqueza intrínseca da criação para transformar o labor em hedionda forma de mero aluguel da força de trabalho. Tudo na vida deveria continuar sendo ritmo, apesar das deformações impostas pela sociedade produtivista. Isto é o que afirmam os restos de sabedoria que nos

habitam e que, nostalgicamente embora, falam de uma quase perdida habilidade: a prática do lazer. (Toda época fala muito daquilo que não está tendo).

Será o lazer ação ou contemplação ? Talvez seja ele uma forma de refazimento de cada qual, não importa se pela ação ou pela contemplação... O fato é que, sobre o lazer, levantam-se hoje inúmeras interrogações, sendo que, aquilo a respeito do que não se duvida, é da sua extrema necessidade. Tensão e distensão são dois momentos de um mesmo processo que é a vida. O filho do produtivismo é uma infeliz vítima da irrealização e do **stress**, um alvo privilegiado de tudo o que limita o cultivo da plenitude humana. Os pássaros, as flores, os férteis olhares do convívio humano, bem como a dimensão erótica da participação no viver pleno — tudo isto está dispensado por um produtivismo que há muito decretou o crepúsculo da **qualidade** da vida.

Saindo do domínio sociológico, o tema da relação entre trabalho e lazer penetra hoje o que há de mais caro na reflexão filosófica. Atestado disto são os artigos que **Reflexão** apresenta neste seu número 35, os quais, rodeando a temática de Trabalho e Lazer buscam iluminá-la de diferentes formas. Trata-se de número especial desta revista, cuja organização foi posta aos cuidados de um **expert** no assunto, o Prof. Nelson Carvalho Marcellino.

Quem sabe não será, o esclarecimento do sentido do lazer, importante elemento na recuperação de uma dimensão crítica do trabalho ? Os problemas humanos têm que ser vistos com abrangência, pois, no dizer de Paul Ricoeur: "Em nosso século a Filosofia é cada vez mais uma Antropologia". Com tal espírito leia-se o que oferece este número de **Reflexão**.

O Editor

TEMPO LIVRE, TRABALHO e LUTAS SOCIAIS.

Paulo de Salles Oliveira

(Sociólogo, Mestre em C. Sociais pela
PUC-SP)

A produção das Ciências Sociais no Brasil tem mostrado uma preocupação acentuada com as condições de vida dos trabalhadores na fábrica, no campo, na escola, na rua, etc. Esses estudos, não obstante múltiplos e diferenciados, na maioria das vezes apresentam interpretações vinculadas estritamente às relações de trabalho. Não resta dúvida de que o trabalho é uma atividade essencial na compreensão da vida social. Contudo, se, invariavelmente, as condições de trabalho são opressivas, que dizer do não-trabalho? Magnani, em obra recente¹, apontou a necessidade de investigar também o que é feito do tempo disponível aos trabalhadores quando **não** estão trabalhando nas fábricas, na roça, nos estudos, nas tarefas domésticas, nos biscates, etc.

Neste texto gostaríamos de retomar esse debate, tentando investigar por que os discursos acerca do trabalho silenciam o não-trabalho. Não se trata de buscar compensar a predominância de estudos referidos ao trabalho propondo uma eventual multiplicação de estudos relativos ao lazer, e sim de procurar um entendimento da totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa posição fundamental, mas sem excluir uma compreensão articulada com as dimensões do não-trabalho. Para tanto, propomos um diálogo crítico com três versões do pensamento liberal acerca da questão para depois, finalmente, apresentarmos uma perspectiva de compreensão crítica fundada na dialética.

Exaltação do trabalho disciplinado. Trata-se de uma vertente do pensamento liberal, em que discutir as questões relativas ao tempo livre ou ao lazer, em países tidos como subdesenvolvidos, significa não apenas referir-se a temas irrelevantes como também renovar os obstáculos, que se interpõem no rumo do desenvolvimentismo. É uma análise que repõe imagens de senso comum, consagradas pela história escrita na ótica dos dominantes, resgatando a idéia de "índole preguiçosa do brasileiro" e construindo uma interpretação do Macunafma que oculta o lado contestatário e ressalta o lado folgazão do personagem. Ao exigir **esse** Macunafma como símbolo de todos os brasileiros, pretende-se enfatizar um certo modo peculiar de vida, fundado no consórcio entre indolência e esperteza. Visualizando a realidade social nestes termos, tais intérpretes postulam que o trabalho é a única saída para superar o "atraso" e o

“subdesenvolvimento”. Afinal, afirmam, que seria de nós se todos se tornassem macunafmas (no sentido de ociosos) ?

Ao responderem a esta indagação, tentando mostrar os aspectos danosos desse comportamento ameaçador, os seguidores desse pensamento costumam fazer um arrolamento do número (excessivo) de feriados existentes no país, contrapondo-o ao número reduzido deles, em países desenvolvidos, como, por exemplo, os Estados Unidos. A insinuação é clara: **os países mais ricos são os que mais trabalham**. Reportando-se a Locke, tentam provar que a construção e manutenção da riqueza se faz pelo trabalho.

“Na realidade”, afirmou Locke, “é o trabalho que provoca a diferença de valor em tudo quanto existe (...) Não pode haver demonstração mais clara de qualquer assunto do que várias nações da América, as quais se mostram ricas em terras e pobres em todos os confortos da vida; às quais a natureza tendo fornecido tão liberalmente quanto a qualquer outro povo todos os materiais para a abundância, isto é, solo fértil, capaz de produzir em quantidade o que pode servir de alimento, agasalho e diversão, entretanto, por falta de melhoramento pelo trabalho, não possuem nem um centésimo das conveniências de que gozamos”.²

Diante destas premissas, toma-se o indicador referente à quantidade de folgas e feriados como sintoma de pobreza e óbice ao “desenvolvimento”. Este raciocínio leva seus defensores a realizar a contabilidade financeira dos dias de não-trabalho, amparando-se numa dada versão da ética protestante, enaltecida do trabalho, e analisada amplamente por Weber. “A velha atitude de lazer e conforto para com a vida”, explicou Weber, “deu lugar à rija frugalidade, que alguns a acompanharam, e com isso subiram porque não desejavam consumir, mas ganhar, enquanto outros, que conservavam antigo modo de vida, viram-se forçados a reduzir seu consumo”.³

Assim, entende-se por que o trabalho foi sendo enaltecido, disciplinado, cronometrado, administrado sob a perspectiva da acumulação, culminando na célebre expressão “tempo é dinheiro”. O não-trabalho é visto como dupla perda: de tempo e de dinheiro, daí a hostilidade contra feriados, Carnaval, Natal emendado ao Ano Novo, Copa do Mundo, semana inglesa, etc. Se o que conta é o dinheiro, o tempo de não-trabalho só tem sentido como repositor de energias para o trabalhador.

Ode aos progressos da automação. A argumentação exaltadora do trabalho obediente é contestada por um tipo de pensamento que emana de representantes da sociologia do lazer, dentre os quais está J. Dumazedier.⁴ Esses pesquisadores, muitas vezes herdeiros da obra de Lafargue ou de Russel⁵ consideram a máquina como a grande redentora da humanidade. Segundo esta tendência, que também se inscreve no pensamento

liberal "moderno", a automação gerada pela assim designada sociedade industrial permitiu, simultaneamente, o aumento da produtividade e o aumento do tempo livre dos trabalhadores. Economizando palavras: produz-se mais em menos tempo. E como o trabalho, nestas mesmas sociedades industriais modernas, em que se inclui o Brasil, é visto como monótono, repetitivo e despido de força criadora, somente o lazer seria capaz de devolver ou de desenvolver a veia criativa dos trabalhadores.

Além disso, complementam que os valores do lazer estão presentes nas lutas travadas pela preservação do meio ambiente natural, nos protestos contra as diferentes formas de poluição ou destruição ambiental, nas diferentes iniciativas de humanização da cidade e do trabalho em geral, não faltando ainda quem veja alguma reivindicação de lazer nas alterações ocorridas em liturgias religiosas, nas críticas dirigidas à educação formal, na modificação das relações e concepções em torno da família ou nos movimentos feministas.

Os anacronismos da modernização. O encaminhamento desenhado por alguns sociólogos do lazer, é posto em xeque, ainda dentro do pensamento liberal, pela introdução do questionamento ético. Nesta outra formulação, aceita-se a automação, o aumento da produtividade assim como da quantidade de bens e serviços gerados, mas, coloca-se em evidência as "anomalias" herdadas com a tecnificação. A principal delas é identificada através da necessidade de se sustentar não mais o emprego, mas sim o desemprego, gerado pela automação. Sim, dizem os intérpretes desse pensamento, produz-se mais em menos tempo, mas com **menos gente**. Como conciliar os "progressos das aquisições tecnológicas" com os problemas sociais de desemprego ou subemprego ?

Neste caso, o tempo sobranete não tem o sentido de lazer, pois que não é gerado pela produtividade, na forma de desemprego ou de subemprego, entendido aqui a partir de atividades exercidas fora do controle dos empresários e, portanto, da disciplina "moderna" do mercado. Enquanto, em sociedades desenvolvidas, o tempo é livre é resultante do excesso de produtividade, no Brasil muitas vezes ele é produto da "incapacidade social" de absorver as energias das pessoas⁶. Assim, fica registrada uma das grandes contradições do mundo "moderno". De um lado, a existência de uma capacidade imensa de produção e, de outro, a incapacidade de se acabar com a miséria e com outros "resquícios anacrônicos". A não-superação destes problemas é atribuída aos detentores do poder. Se questões tão graves permanecem insolúveis, tal se deve, antes de mais nada, à falta de vontade política, social e moral dos donos do poder.

Economia política do tempo livre. A interpretação crítica deste apanhado de idéias, em três versões, começa pelo questionamento de suas premissas. Uma questão fundamental diz respeito às condições de trabalho na sociedade brasileira atual. Desde logo é necessário dizer que

não é verdade que no Brasil, se trabalha pouco. Essa idéia, além de falsa, insinua implicitamente uma condenação ética dos trabalhadores em geral. O censo de 80 mostrou que, da população economicamente ativa (PEA), estimada então em 44 milhões de pessoas, mais de um terço (ou seja, cerca de 12,5 milhões de pessoas) trabalhava mais de 48 horas por semana, índice esse superior aos valores médios registrados na Alemanha Ocidental França e Inglaterra (cerca de 42 horas semanais e do Canadá (39 horas semanais)⁷.

Como falar, então, que a industrialização teria aumentado o tempo livre ? As máquinas, as conquistas tecnológicas e os métodos gerenciados aplicados ao trabalho interferiram, antes de tudo, na potenciação da força de trabalho. Com a máquina, os trabalhadores passaram a produzir mais riquezas em tempos cada vez menores, reduzindo a quantidade de trabalho necessário à sua remuneração e aumentando a quantidade de trabalho excedente, cuja riqueza é apropriada pelo empresário capitalista. Além disso, a introdução da máquina na produção permitiu ao capitalista dispensar trabalhadores ou substituí-los por outros menos qualificados. "Daí", mostrou Marx, "esse estranho fenômeno da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor"⁸.

A discussão das condições de trabalho no Brasil não termina, porém, nas horas trabalhadas. No tocante à distribuição de renda, 76,2% da PEA, situava-se, em 1985, na faixa que abrange desde os sem-rendimentos até os que ganhavam 3 salários-mínimos⁹. A estes dados devem ser acrescidos os relativos à concentração de renda: o censo de 80 nos informou que os 5% mais ricos do país destinam, sozinhos, cerca de 38% de toda riqueza nacional¹⁰.

Quanto à absorção no mercado de trabalho, não obstante os efeitos do decantado Plano Cruzado, havia na Grande São Paulo, em outubro de 1986, cerca de 710.000 pessoas desempregadas, segundo o SEADE. Mas, os problemas não param por aqui. Os trabalhadores têm que conviver e lutar contra outras situações adversas. A grande incidência de acidentes no trabalho é uma delas. Embora seja praticamente impossível se chegar a números reais, as estimativas de que se dispõe não são nada animadoras. Segundo o jornal Folha de São Paulo, "o Brasil registra, diariamente, três mil acidentes de trabalho, dos quais doze resultam em morte. Ou seja, a cada duas horas, há um acidente de trabalho fatal. Esta estatística só não é pior porque ainda não se tem um controle de quantos desses acidentes resultam em incapacidade permanente"¹¹. Além disso, convém lembrarmos as chamadas "doenças profissionais" adquiridas no

exercício do trabalho, assinalando que o próprio Ministério do Trabalho catalogou cerca de 3.500 diferentes tipos delas.

Quanto à aposentadoria, a situação reafirma os aspectos anteriores. De uma PEA de 44 milhões, somente cerca de 1.600.000 pessoas tinham direito a receber uma aposentadoria equivalente ao que se oferece aos funcionários em atividade. Essas informações mostram que os trabalhadores não vivem apenas uma situação de desigualdade, mas de real opressão.

Diante disto tudo, é forçoso admitir, no mínimo, que "os trabalhadores, pelas condições a que se submetem, têm na verdade feriados de menos, nunca demais"¹². Constróem a riqueza e dela não se apropriam, senão de poucas migalhas. Tomando por base o preço médio pago pela hora de trabalho na indústria de transformação, temos um panorama bem real e eloqüente. Nos países chamados desenvolvidos, a remuneração é mais elevada (US\$ 12,53, nos Estados Unidos, US\$ 11, no Canadá e US\$ 9,55 na Alemanha Ocidental), enquanto que, no Brasil, ela é da ordem de US\$ 1,23 — inferior à Formosa (US\$ 1,70) e à Coréia do Sul (US\$ 1,36)¹³.

Isto tudo, efetivamente, não resulta apenas da falta de vontade política dos donos do poder, dado que o Estado não é inocente. É composto por representantes diretos ou indiretos dos interesses empresariais. Se não há, é certo, um consórcio único, orquestrado e coerente, entre Estado e empresas, o fato é que, nas questões essenciais, ou seja, naquelas em que o espaço de poder é posto em causa, as disputas se não são eliminadas de todo, pelo menos, são contornadas.

Um exemplo disto, além do controle dos sindicatos pelo Estado ou ainda do cerceamento ao direito de greve, é a luta em torno das 40 horas semanais de trabalho. Trata-se de uma bandeira que não sensibiliza, ainda, o conjunto do sindicalismo, especialmente as categorias envolvidas pelo peleguismo. Contudo, se não há unanimidade na esfera sindical, ela ocorre no patronato. Salvo as exceções de praxe, os empresários são contrários à redução da jornada, havendo quem com ela concorde, desde que haja redução no salário.

Ora, se as questões relativas ao tempo livre não conseguem adesão geral entre os trabalhadores e são, geralmente, mal vistas pelo empresariado, isso não seria sinal de que constituem um problema menor, secundário para os trabalhadores? Acreditamos exatamente no contrário. A luta pelas 40 horas, iniciada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), revela que a luta pelo tempo livre é uma das dimensões da luta de classes. Os trabalhadores percebem que a automação gera desemprego, mas sabem que alguém há de ter que operar as máquinas. Com menor jornada, além de se reduzir relativamente a diferença entre a riqueza produzida pelo trabalhador e a parte que lhe cabe a título de ganho, as empresas teriam

que se valer menos do expediente das horas-extras. As mesmas horas-extras que, tantas vezes são disputadas por parte dos trabalhadores como única saída para receberem um ganho maior, representam, em verdade, enormes lucros para as empresas. Num país onde os salários são baixíssimos, torna-se muito mais compensador, para as empresas, pagar horas-extras sobre valores que são mínimos do que admitir novos funcionários e assumir, em decorrência, encargos como pagamento do INPS, fundo de garantia, férias, 13º salário, custos que a prática de horas-extras se encarrega de eliminar.

O lado "social" das empresas fica aqui evidenciado, assim como a maneira contraditória pela qual os empresários julgam o que é justo e o que não é. É justo para os empresários receber incentivos, financiamentos, isenções como forma da sociedade compensar os ricos da iniciativa privada. Entretanto, não é justo para estes mesmos empresários, aceitar a redução da jornada com igual remuneração, pois o desemprego não é problema "seu". É problema "social". A empresa, argumentam, já faz a sua parte: aos trabalhadores, dá empregos, paga salários e encargos; ao Estado, paga impostos e taxas.

Mas, poder-se-ia indagar, e para os trabalhadores assalariados, com jornada de 40 horas já conquistadas e com salários capazes de garantir um pouco mais que a sobrevivência? Para estes, também, a questão do tempo livre é uma das dimensões da luta de classes. Isto porque à medida em que os salários se elevam, **mais** fazem parte de um grupo minoritário, do qual muitos estão irremediavelmente excluídos. Não é verdade que os que têm mérito ascendem. Numa sociedade criada e fundada sob o signo da desigualdade e da dominação, na qual os detentores do capital compram a força de trabalho dos despossuídos de capital, não há lugar para democracia de oportunidades. As pessoas se imaginam livres por ganharem um salário melhor, mas são **também** obrigadas a vender sua força de trabalho. A liberdade que pensam ter é apenas aparente e ilusória, produto de complexa montagem de representação da sociedade, que é construída sob o patrocínio dos detentores de capital e que se expressa concretamente na diferentes formas de manipulação da consciência. Esse movimento que se vale da televisão, do rádio, dos livros, dos discos, das histórias em quadrinhos, dos filmes, da literatura, das ciências, da filosofia, da tecnocracia, dos brinquedos, da educação e de inúmeros outros meios para impor modos de ser e de pensar envolve **todas** as categorias sociais¹⁴.

O tempo, na sociedade capitalista, é dinheiro. Transforma-se em mais uma mercadoria adquirível no mercado de bens simbólicos¹⁵. Ter tempo livre significa ter condições para consumi-lo. A primeira destas condições é, obviamente, ter tempo disponível, mas, no entanto, não é a única. Os mecanismos de reprodução da sociedade induzem a um consumo passivo de bens e à atomização das relações sociais, tentando restringi-las a conversas e encontros dentro do âmbito familiar ou pequeno grupo de

amigos e parentes. Aparentemente, essas práticas significam livre opção individual, mas efetivamente não se poderia esperar que o consumo do lazer restituísse aos trabalhadores a liberdade que lhes foi expropriada na esfera produtiva.

Se, porém, a indústria de elaboração da consciência atua socialmente no sentido de criar uma atmosfera de opções pretensamente livres e espontâneas e da solidificação de relações sociais atomizadas e particularistas, nem por isto consegue apagar ou anular outras formas de participação, menos conformistas, assim como manifestações de sociabilidade articuladas a interesses mais amplos de classe, sindicatos, partidos, etc. É nesse jogo de interesses contraditórios que se coloca o uso do tempo livre pelos trabalhadores.

Há uma certa concordância generalizada quanto ao direito de todos ao lazer e às práticas de reequilíbrio psico-social. Quando, contudo, o uso do tempo livre passa, além disso, a ser exercido de forma conscientemente crítica pelos trabalhadores, negando as prisões visíveis e invisíveis que a indústria cultural procura, ao mesmo tempo, criar e ocultar, reaparece, com vigor, a questão da democratização social do poder e do estabelecimento da efetiva igualdade, abolindo todas as formas de dominação ou discriminação socialmente existentes.

O tempo livre é produzido nas relações capitalistas de dominação porque o trabalhador precisa de um tempo para sobrevivência. Entretanto, ao se apropriarem deste tempo, os trabalhadores podem transformá-lo num espaço de reivindicações e de questionamento. Os trabalhadores descobrem que esse tempo livre, nascido da submissão à disciplina do mercado, só vai ser um tempo de liberdade no momento em que se romper a disciplina do mercado. Ao politizar o uso do seu tempo disponível, os trabalhadores podem desvendar as máscaras de liberdade que a sociedade produz no trabalho e fora dele.

Notas:

(1) MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

(2) LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. A. Aiex, São Paulo, Ed. Abril, 1973, p. 56. Ver também o editorial do *Jornal da Tarde*, São Paulo, 25/10/82, p. 4.

(3) WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de M. I. Q. F. Szmrecsányi e T. J. M. K. Szmrecsányi, São Paulo, Pioneira, 1967, p. 44.

(4) DUMAZEDIER, Joffre, *Sociologia empírica do lazer*, Trad. de S. Mazza e J. Guinsburg, São Paulo, Perspectiva/SESC, 1979.

(5) LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Trad. de J. T. Coelho Netto, São Paulo, Kairos, 1980 (1ª edição 1883); RUSSEL, Bertrand. *Elogio do lazer*, Trad. de N. C. Caixeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

(6) CARDOSO, Fernando Henrique. Significado do tempo livre na realidade brasileira. Palestra inaugural do "Encontro Internacional de Pesquisadores em Lazer: Atualidade e Perspectiva", São Paulo, SESC, 19/05/86.

(7) Revista **Veja**. São Paulo, 29/12/82, p. 64. Considera-se a população economicamente ativa aquela composta por pessoas de 10 anos e mais que trabalharam nos 12 meses anteriores ao censo, ainda que na data do censo estivessem desempregadas, de licença, em férias ou presas (aguardando julgamento), além de pessoas que estavam procurando emprego pela primeira vez e das que trabalharam pelo menos 15 horas semanais em atividade econômica não remunerada.

(8) MARX, Karl. **O capital**. Trad. de R. Sant'Ana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Livro I: O Processo de produção do capital, vol. 1, p. 465.

(9) JAGUARIBE, Hélio, (Org.) **Brasil 2.000**, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 17.

(10) Dados do Censo de 80.

(11) **Folha de São Paulo**, 3/11/1986, p. 4

(12) Citação de Luís Inácio da Silva, Lula. **Folha de São Paulo**, 21/4/82, p. 4.

(13) **Folha de São Paulo**, 8/10/1985, p. 10.

(14) IANNI, Octavio, **Classe e nação**, Petrópolis, Vozes, 1986, p. 60 – 72.

(15) BAUDRILLARD, Jean, **A sociedade de consumo**. Trad. de A. Morão. Lisboa, Edições 70, 1975, p. 254 – 269.

CONSIDERAÇÕES SOBRE VALORES EXPRESSOS POR AUTORES BRASILEIROS NA RELAÇÃO LAZER-EDUCAÇÃO*

Nelson Carvalho Marcellino

Mestre em Filosofia da Educação — PUCCAMP

Este comunicado tem por base parte de pesquisa bibliográfica realizada por ocasião da elaboração de minha dissertação de mestrado¹. Procuro analisar os valores expressos pelos autores brasileiros que se dedicam ao estudo do lazer e da educação, em relação ao seu objeto de análise mais próximo, e a maneira como o lazer é visto pelos teóricos da educação e que esta é encarada pelos teóricos do lazer.

Com relação à documentação bibliográfica, o referencial básico de análise é a produção de autores brasileiros contemporâneos ligados ao estudo do lazer e da educação. Na seleção dos textos e dos autores procurei adotar um critério, na medida do possível, sem preconceitos ideológicos ou de área de atuação. Essa atitude — longe de significar uma posição marcada pelo ecletismo — tem por fundamento a necessidade de conhecer as várias concepções, os diferentes valores atribuídos. Alguns dos autores analisados, notadamente na área do lazer, não são sequer conhecidos nos meios acadêmicos; entretanto suas formulações teóricas alimentam a prática de grupos e instituições que atendem um número significativo de pessoas, canalizando consideráveis somas em termos de recursos. Também, pela própria natureza do tema lazer, a produção teórica analisada não é específica de uma área de conhecimento, abrangendo formulações de sociólogos, psicólogos, filósofos, pedagogos, arquitetos, assistentes sociais, especialistas em arte, educação física, etc.

A metodologia utilizada é centrada na análise comparativa de textos dos teóricos das duas áreas consideradas, procurando pautá-la pela abordagem crítica temática, destacando as opiniões convergentes e divergentes sobre os itens analisados.

sobre o lazer:

No campo da produção teórica observa-se, de início, duas posturas: uma caracterizada pela abordagem indireta, e outra pela direta. A

(*) Trabalho apresentado durante o Encontro Internacional de pesquisadores em lazer, realizado em maio de 1986, promovido pela WLRA (Associação Mundial de Lazer e Recreação), ALATIR (Associação Latino Americana de Tempo Livre e Recreação) e SESC.

abordagem indireta do lazer pode ser verificada, pelo menos, em duas situações: a primeira, quando o foco principal de análise é um dos seus conteúdos culturais — ou seja, ao falarem das atividades artísticas ou das práticas físicas, por exemplo, os autores freqüentemente abordam conteúdos ou situações de lazer; a segunda, quando o foco principal de análise é marcadamente caracterizado por componentes de obrigação, como por exemplo, as relações familiares, o trabalho escolar e, sobretudo o trabalho profissional.

Disso decorre um primeiro problema metodológico para este estudo: a impossibilidade da distinção rígida entre o que se poderia classificar como “teórico do lazer” e “teórico da educação”. Na produção intelectual, por mais que seja exigida a especialização, por mais que se pregue a sua necessidade, dividindo o conhecimento em compartimentos estanques, na realidade, ela não se consubstancia de modo rígido, o que, longe de me levar a adotar uma posição pessimista, constitui um estímulo para a análise das relações entre os campos de investigação aqui explicitados.

Reconheço a amplitude de um estudo que procurasse englobar os valores expressos sobre o lazer em todas as abordagens indiretas. Não é essa a minha intenção e nem disporia de recursos para um trabalho tão abrangente. No entanto gostaria de registrar que, na maioria dos estudos que enfocam o tema diretamente, no Brasil, quase sempre essas abordagens são deixadas de lado, apesar da alegação freqüente da existência de pouca produção teórica específica.

Por outro lado, deve-se observar que a incorporação do termo “lazer” ao vocabulário comum é relativamente recente e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior freqüência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica na redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular pela simples observação assistemática, é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades, que se dá separadamente, sob verbetes de setores culturais consagrados, via de regra ligados ao esporte e à arte, e só mais recentemente, distinguindo o lazer, quase sempre associado a manifestações de massa, ao ar livre e de conteúdo recreativo. Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de setenta, incorporou-se o termo para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o restritivamente a setores culturais específicos. Não são poucas, principalmente no âmbito municipal, secretarias ou divisões de “Esporte e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer”, etc.

A visão parcial e limitada das atividades de lazer quanto aos seus conteúdos e valores, que se verifica no senso comum, aliada à grande quantidade de abordagens indiretas no plano teórico que, freqüentemente sem conceituar o lazer, emitem juízos de valor nesse campo, e à pouca produção específica, que na maioria das vezes, não se reporta aos enfoques indiretos, contribui para que se estabeleçam mal-entendidos nas discussões que o tomam isoladamente e, mais ainda, quando ele é relacionado a outros objetos de análise, no nosso caso específico, a educação.

Uma primeira observação que pode ser feita sobre o campo de produção teórica relativo ao lazer, no Brasil, é que são as diferenças de enfoque, não raro "pseudo-diferenças", no nível conceitual e no da ocorrência histórica, que ocupam o grande esforço dos estudiosos contemporâneos do lazer. Nesse sentido, poder-se-ia falar da falta de "autenticidade" da maioria da produção teórica brasileira sobre o lazer, principalmente se for levado em conta que, por "autenticidade" procura-se entender não a originalidade, mas a legitimidade embasada na realidade social concreta. O que se verifica, em grande número, é a "filiação" a esta ou aquela corrente de pensamento, tomando-se como critério a análise dos argumentos dos seus autores representativos, pertencentes a sociedades altamente desenvolvidas tecnologicamente, ou portadoras de sólida tradição cultural.

Para o objetivo deste estudo, muito mais que definições, importa verificar as formas de considerar o lazer, em termos de valores a ele atribuídos, pelos vários autores, uma vez que creio haver íntima ligação entre essas abordagens e as relações estabelecidas com a educação. Elas não se encontram isoladamente — ao contrário, apresentam-se interligadas — no pensamento dos vários teóricos, sendo aqui especificadas unicamente para fins de análise. Qualquer tentativa de investigação, nesse sentido, não pode perder de vista que se está enfocando valores setoriais. Portanto, as observações que passarei a fazer não devem ser entendidas dentro de uma visão maniqueísta, que separa em campos estanques valores positivos de negativos. O pensamento de cada um dos autores analisados apresenta uma variada gama de nuances em termos de valores. A análise é baseada na ênfase que é dada a determinados aspectos, o que não implica, necessariamente, na ausência de outros, não considerados.

A primeira abordagem detetada verifica-se sobretudo na comparação entre o lazer e outras esferas da atividade humana, como o trabalho, por exemplo, que resulta, não raro, em apoteoses ao lazer, numa atitude oposta à "mitificação" do trabalho, propondo o elogio do lazer, como finalidade da existência e ideal de felicidade. O lazer encarado desse ponto de vista enfatiza o fator de "compensação" de sua prática. Geralmente esta posição se refere à oposição que se verifica entre o trabalho nas sociedades modernas, caracterizado como alienado, mecânico,

fragmentado e especializado, e a realização individual. Dentro desta postura, o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho.

No entanto, essa abordagem "compensatória" não é a única. Pode-se distinguir uma visão "romântica", marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia do passado; uma visão "moralista", motivada pelo caráter ambíguo do lazer, visto como "faca de dois gumes", enfatizando-o como ocasião para efetivação de valores suspeitos, negativos, perigosos, inconvenientes e desagregadores da tranqüilidade, da ordem e da segurança social; e uma visão "utilitarista", ou seja, a redução do lazer à função de recuperação da força de trabalho, ou sua reciclagem. Nesse último caso são destacados os ganhos de entidades ou empresas pelo uso do "lazer planejado", em termos de abrandamento de relações e estabilidade. Em síntese, o que denomino de visão "utilitarista", procura justificar a atenção para o campo de lazer, por parte dos empregadores ou das autoridades, apontando os resultados psicológicos e as conseqüências, em termos de retorno para as empresas, ou ainda, para os países subdesenvolvidos como forma de contribuição para o progresso social.

Em todas essas abordagens — romântica, moralista, compensatória e utilitarista, pode-se depreender uma visão "funcionalista" do lazer, altamente conservadora, que busca a "paz social", a manutenção da "ordem", instrumentalizando o lazer como recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade supostamente harmoniosa, ou fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições sociais e a ocupar o tempo com atividades equilibradas e corretas do ponto de vista "moral".

Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação, aquela que o entende como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna, significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social. Nessa visão "crítica" do lazer, detetada entre alguns autores brasileiros, ele não é visto como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais. Por isso é importante registrar que esses autores consideram a ocorrência, na nossa sociedade, não do lazer, mas do "antilazer" — ou seja, sua própria negação — simples atividades a serem sua própria negação — simples atividades a serem consumidas alimentando a alienação. Dessa forma, o lazer seria uma "...construção ideológica, sob o qual o antilazer se aproveita para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas, com o objetivo de metê-las perfeitamente integradas na sociedade industrial e urbana"².

sobre a educação:

A análise dos textos de autores contemporâneos que se dedicam à reflexão educacional, no Brasil, mostra que, grande parte desse esforço tem se dirigido à Escola. Sua eficácia ou não como agente de reprodução ou de mudança é o foco central da discussão. Entretanto esses estudos, quase sempre relacionam o sistema formal de educação ao processo educativo global, considerando mesmo fundamental essa relação. Independentemente da linha de orientação adotada, os textos caracterizam-se por uma aguçada criticidade com relação à prática educativa, entre as intenções explicitamente proclamadas e a ação à ênfase ao ensino essencialmente profissionalizante, à sua subordinação aos interesses do capital, que deriva numa concepção imediatista e utilitarista da cultura, às teorias "desenvolvimentistas" centradas apenas no fator econômico, e à sua redução à simples transmissão automática de conhecimentos do professor ao aluno.

Na relação entre a Escola e a Sociedade, e especificamente ao nível da estrutura, surgem algumas divergências, observando-se duas grandes tendências: a primeira, encara a educação como instrumento de reprodução, variando a ênfase na exclusividade da educação como reprodutora ou como um dos agentes de reprodução — o que importa caracterizar é a função de adestramento seja em termos de valores comportamentais ou qualificação profissional; a segunda, situa o adestramento no próprio sistema de produção capitalista. Quanto à primeira tendência, pode-se distinguir, ainda, o enfoque preponderante entre os vários autores, situando-se ora na qualificação técnica da mão de obra em termos de conteúdo profissional, ora nos aspectos comportamentais, exigidos pela sociedade e pelas empresas.

A segunda tendência coloca a Escola à margem da pedagogia capitalista e defende que: "Insistir na tecla de que 'a escola capitalista serve ao capital é perder-se por desvios economicistas, tão ao gosto do marxismo vulgar e do pensamento conservador'"³.

Na realidade, as duas tendências fazem uma crítica da educação tal como se apresenta. No entanto, a análise das duas tendências situa-se no contexto capitalista e não significa, de modo algum, um engajamento às teses de desescolarização. Portanto, a crítica à escola capitalista não significa a negação do valor da educação, enquanto instrumento de mudança, ou como querem alguns de libertação. Critica-se a Escola a serviço do sistema de produção capitalista e toda a orientação do pensamento liberal que a orienta.

Questionando-se o papel "salvador" da educação, prega-se uma verdadeira "antieducação", "uma educação anticapitalista", que não se considera "suficiente" ou "fundamental" para o processo de transforma-

ção. A consideração da Escola como uma das bases significativas de atuação tendo em vista a instauração de uma nova ordem social, leva em conta, fundamentalmente, que os mesmos instrumentos que servem à classe dominante deverão ser usados em sentido contrário: "...se a escola é um instrumento de hegemonia, nós não podemos descurar, se queremos estabelecer um novo bloco de poder, não podemos descurar deste instrumento. Porque descurar dele seria deixá-lo ao uso exclusivo da classe dominante"⁴.

A ênfase no papel da Escola faz com que alguns autores considerem "desconversas" propostas mais abrangentes, principalmente quando se trata de modelo importado. É o caso, por exemplo, da "Cidade Educativa", permeada pelo conceito de "educação permanente". Saviani, na sua crítica à educação permanente, considera-a como "...uma forma de desescolarização (...) de se mostrar que a educação não se dá principalmente através da escola, ela se dá principalmente fora da escola, através dos meios de comunicação de massa, através da própria empresa, através de um conjunto amplo de organismos"⁵.

Por outro lado, ignorar as relações pedagógicas que são estabelecidas fora da Escola, não seria também uma "desconversa" sobre a educação? Não estariam, dessa forma, sendo deixadas de lado as possibilidades de mudança relacionadas aos serviços públicos intelectuais que, além da escola, devem ser assegurados à população? Na sua visão ampla de educação, Gramsci relaciona entre esses serviços "o teatro, as bibliotecas, os museus de vários tipos, as pinacotecas, os jardins zoológicos, os hortos florestais, etc."⁶, justificando que "... serviços intelectuais são elementos de hegemonia, ou seja, de democracia no sentido moderno"⁷.

Nos dias atuais, com a difusão dos meios de comunicação de massa e sua utilização, como elemento de controle de amplas camadas populares, centrar-se na análise das relações pedagógicas estabelecidas na Escola, observando sua utilização como elemento de hegemonia e procurando "saídas" para uma escola realmente popular, através da "contra-educação", ou "antieducação", sem considerar também as possibilidades de "contrainformação", de construção de uma cultura realmente popular dentro das relações pedagógicas mais amplas, não caracterizaria uma visão míope do processo educativo?

lazer e educação — confronto de valores:

Embora atuando em campos distintos de análise, ainda que os limites sejam de difícil demarcação, ou possam ser demarcados apenas de maneira artificial, as abordagens dos autores ligados mais diretamente à análise do processo educativo emitem juízos de valor com relação ao lazer, de maneira indireta, o mesmo ocorrendo com os estudos, cujo enfoque central é o lazer com relação à educação. Entretanto, enquanto a quase

totalidade dos autores que se dedicam ao estudo do lazer tem insistido na chamada "função educativa do lazer", quer do ponto de vista reprodutor, quer da perspectiva "reformista", ou mesmo como um instrumento possível de transformação da ordem social, o pensamento pedagógico brasileiro vem abordando apenas circunstancialmente a questão.

Na relação do lazer com a educação a abordagem "funcionalista", já referida, não deixa de reconhecer os aspectos educativos do lazer, mas de modo geral, minimiza a validade da educação formal no processo educativo. A visão "compensatória" destaca a ineficácia do sistema escolar em termos de atendimento quantitativo e qualitativo e prega a utilização do "tempo livre" para compensá-la. Como se este fosse um oásis a que todos têm acesso, e cuja fruição independesse de uma série de fatores condicionantes, entre os quais o próprio grau de escolaridade. A visão "utilitarista" coloca o potencial educativo do lazer a serviço do aprimoramento dos indivíduos, que refletiria no desempenho de suas funções "produtivas", a partir da constatação de que a Escola fracassa nesse terreno. A visão "moralista" destaca o fracasso escolar, quer pelo não-acesso, quer pela ineficácia, na formação do caráter adequado à harmonia social e prega a utilização do "tempo livre" objetivando a modelagem de comportamento adequados à manutenção da ordem social.

A recusa da Escola pela maioria dos autores que se dedicam ao estudo do lazer dentro da abordagem "funcionalista" não questiona a validade da busca de alternativas para a mudança da situação no terreno da educação formal, mas contrapõe a crença no conceito de "educação permanente", marcada pela abordagem "compensatória" do lazer, e considerando o "tempo livre" como campo privilegiado para que essa "educação permanente" possa se viabilizar. Essa posição não deixa de ser marcada, também, pelos aspectos "utilitaristas" e "moralistas", pregando o aproveitamento e o controle do "tempo livre".

Por sua vez, os teóricos da educação não se ocupam do lazer de forma sistemática, muitas vezes emitindo juízos negativos, sem se preocupar em precisá-lo como objeto de análise. A ênfase no papel da Escola, embora reconhecendo o processo educativo mais amplo, talvez seja responsável pela falta de sistematização sobre as características do lazer, verificada entre os autores da área da Educação. Dos textos analisados, apenas um define lazer⁸. As diversas abordagens da educação entre nós, valorizam, antes de tudo, o trabalho como expressão humana.

Entretanto, não se pode mais ignorar a ocorrência do lazer como fato histórico. E mesmo que o aumento do tempo de lazer se verifique, como querem alguns educadores, para um certo número de privilegiados, os altos índices de evasão escolar e as dificuldades de acesso à Escola, também não a caracterizam como privilégio ?

Por outro lado, a visão "funcionalista" do lazer é, em grande parte, responsável pela não-consideração dessa esfera de atividade como campo de intervenção de educadores comprometidos com a mudança da ordem social, uma vez que a crítica à educação formal formulada pelos adeptos da visão "funcionalista" não tem como base a instauração de uma nova ordem, mas a manutenção da vigente. De fato, qualquer consideração do potencial educativo do lazer embasada nos valores "funcionalistas" já apontados, caracteriza-se como uma visão "utilitarista" desse campo de atuação, pelo menos da perspectiva "crítica". Assim, do meu ponto de vista, só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, se este for considerado, conforme já destaquei na perspectiva "crítica", como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista mudanças no plano social. Em outras palavras: só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, ao considerá-lo como um dos campos possíveis de contra-hegemonia. A instrumentalização, mesmo a educacional, do tempo disponível, ou do tempo "livre" das pessoas, onde se busca, ou se deveria buscar, fundamentalmente o prazer, só tem sentido, na medida em que possa contribuir para que essas mesmas pessoas tenham mais prazer de viver, sejam menos pressionadas por uma estrutura sócio-econômica sufocante, em que uma minoria tem excesso de recursos, de espaço e de tempo, pela exploração da grande maioria, sem recursos, sem espaço, e cujo tempo, quando não é desocupado, pela incapacidade do modelo econômico imposto gerar trabalho, é livre — entre aspas. Só tem sentido, na medida que contribuir para eliminar essas aspas.

Aos educadores comprometidos com o processo de mudança é forçoso perguntar: se o lazer como a escola é um instrumento de hegemonia, e se como já foi colocado anteriormente — recorrendo-se a Saviani — não se pode descurar da escola se se pretende mudanças radicais no "status quo", pode-se então descurar do lazer como campo de intervenção pedagógica? Como bem observa Maria Duarte de Souza "ninguém vai encontrar no lazer a dignidade que perdeu no trabalho (ou na falta de trabalho), na escola (ou no não poder ir à escola) ou na ação política (ou na impossibilidade da ação política)⁹. Mas nem por isso, podemos deixar de considerar as possibilidades do lazer como campo de atuação pedagógica.

Notas:

(1) **Lazer e educação: relações entre o lazer, a escola e o processo educativo.** (dissertação de mestrado). Campinas, PUCCAMP, 1984. Publicada em livro **Lazer e educação.** Campinas, Papirus, 1987.

A relação completa da pesquisa bibliográfica, aqui mencionada, consta da bibliografia da dissertação publicada sob o título **Elementos para uma pedagogia da animação,** Campinas, Papirus, 1987.

(2) CAVALCANTI, Kátia Brandão, Esporte para todos: um discurso ideológico. **Boletim de Intercâmbio,** Rio de Janeiro, SESC, 4(13):16.

- (3) SALM, Cláudio L. **Escola e trabalho**. S. Paulo, Brasiliense, 1980, p. 101.
- (4) SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. S. Paulo, Cortez/Autores Associados, 1980, p. 184.
- (5) *Ibid.*, p. 212.
- (6) GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 152.
- (7) *Ibid.*, p. 153.
- (8) GARCIA, Walter. **Educação: visão teórica e prática pedagógica**. São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1977, p. 166.
- (9) Processos informais de educação: o lazer. **Debates Sociais**. Rio de Janeiro, CBCISS, 15(29), 1979, p. 20-21.

TEMPO LIVRE, LAZER E LUTA IDEOLÓGICA

Katia Brandão Cavalcanti

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A existência do lazer está diretamente relacionada à existência do tempo livre, porém não se reduz a este. O tempo livre e o lazer na atual sociedade têm inevitavelmente um caráter de classe: se o tempo livre está inserido na esfera das lutas políticas da classe trabalhadora, o lazer se coloca no âmbito da luta ideológica. A compreensão desses dois fenômenos sociais na sua especificidade e interdependência é de fundamental importância para situar o problema do conteúdo cultural do tempo livre, tendo em vista a formação de um novo homem e de uma nova sociedade.

O tempo livre no Brasil é hoje considerado uma realidade objetiva, enquanto o lazer continua impregnado de subjetivismo e relativismo. Ao se reduzir o lazer a um fenômeno individual e existencial, está se negando a objetividade do lazer como fenômeno profundamente ideológico. Defende-se, portanto, a liberdade do indivíduo no tempo livre como se este tivesse condições de satisfazer suas necessidades básicas, independentemente da posição que ocupa numa sociedade dividida em classes. Porém, a realidade mostra que a maioria da população brasileira ainda não consegue satisfazer as suas necessidades mais fundamentais de vida. Então, pergunta-se: que liberdade é esta e quem pode exercê-la?

Ao analisar o tempo livre na atual sociedade, verifica-se que não é o lazer que tem se estruturado nesse tempo, mas ao contrário, é a sua negação que cada vez mais tem se tornado presente.

O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO ANTILAZER NA SOCIEDADE

Aborda-se inicialmente a questão do equívoco na busca de satisfação através das atividades corporais. Em seguida, trata-se da conformidade como alternativa para a insegurança do indivíduo. Depois, focaliza-se o problema da participação na relações sociais do indivíduo, e, por último, aborda-se a ostentação do ter como um mecanismo de desvio para a satisfação da necessidade de auto-estima do indivíduo.

O EQUIVOCO NA BUSCA DE SATISFAÇÃO ATRAVÉS DAS ATIVIDADES CORPORAIS

A sociedade atual tem oferecido alguns modelos de atividade física que determinam uma prática corporal particular, cujo único objetivo é permitir ao indivíduo a continuação do trabalho em condições normais de exploração, impedindo que ele questione a máquina repressiva e o sistema de alienação.

Como há uma estreita relação entre a dinâmica social e a dinâmica corporal, de uma forma ou de outra a sociedade está presente na estrutura e nas funções do corpo, É por isto que se observa hoje um verdadeiro "culto do corpo alienado" e sua conseqüente exploração no tempo livre como uma natural prolongamento do modo capitalista de produção.

Para a sociedade capitalista, o tempo livre deve ser um tempo necessário para que se possa consumir as mercadorias produzidas pelo sistema, tendo em vista manter uma certa estabilidade na relação econômica da produção e do consumo. Nesse sentido, a ideologia burguesa tem um papel preponderante sobre a utilização do tempo livre pelo indivíduo. É através da ideologia dominante na sociedade que se difunde massivamente a ideologia consumista, que, por sua vez, determina uma ideologia de consumo do corpo, pelo corpo e para o corpo.

Esta explosão cultural do corpo surge como a aparição massiva de imagens do corpo em todas as esferas dos meios de comunicação de massa. O corpo nu, o corpo bronzeado ou o corpo musculoso, tornou-se então uma mercadoria altamente valorizada. Constata-se, portanto, uma mudança fundamental na forma como a sociedade concebe o corpo. Se a época medieval e moderna caracterizavam-se como uma civilização contra o corpo, devido à forte influência religiosa que exaltava a salvação da alma através de sacrifícios materiais corporais; no período contemporâneo, parece haver uma inversão nesse quadro, passando-se então para uma civilização que valoriza o corpo. Entretanto, coloca-se a seguinte questão: qual é o real valor do corpo na atual sociedade? A civilização do corpo possibilita de fato uma libertação do corpo e do indivíduo? Basta uma análise superficial do fenômeno para se concluir que a sua essência é repressiva, e a exaltação do corpo na atual sociedade não passa de simples aparência, estando circunscrita aos interesses econômicos do modo de produção capitalista.

Enquanto na esfera no trabalho atua a repressão pura, na esfera no tempo livre ocorre a auto-repressão "livremente consentida", uma vez que o indivíduo reivindica o que a sociedade propõe.

No que se refere ao corpo, observa-se no tempo livre o predomínio das atividades esportivas sobre as demais possibilidades de atividades físicas lúdicas ou criativas. Essa constatação evidencia que o indivíduo não conhece o seu próprio corpo, desconhecendo também suas reais necessidades de movimento e de repouso. Não tendo uma percepção real de suas verdadeiras necessidades fisiológicas, o indivíduo não poderia, portanto, buscar formas adequadas de satisfação e, conseqüentemente, não suprirá deficiências de seu organismo em termos de movimento ou de repouso no tempo livre.

A prática das atividades físicas no tempo livre tem sido, portanto, uma prática alienada, caracterizada como antilazer. Esta prática está mais vinculada aos interesses econômicos da atual sociedade do que aos interesses do indivíduo que luta por sua própria humanização, pois este já não consegue escolher a atividade física mais adequada às suas condições orgânicas. Esta escolha é determinada de fora para dentro, gerando uma considerável ansiedade no indivíduo, à medida que há pressão externa para buscar a forma física e adequar-se aos padrões estéticos estabelecidos para o corpo. Exercendo o mínimo de autonomia sobre o seu tempo livre, o indivíduo torna-se importante para se defender do consumismo esportivo.

A CONFORMIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A INSEGURANÇA

A repressão material e espiritual imposta pela sociedade à maioria dos indivíduos tende a destruir o referencial de vida do ser humano. Toda repressão destrói partes do eu verdadeiro do indivíduo, forçando a substituição do sentimento reprimido por um pseudo-sentimento. Se o seu original é aquele que dá origem às atividades mentais do indivíduo, o pseudo-eu é apenas um agente que determina o papel que se espera que o indivíduo represente. Esse processo de perda e substituição do eu por um pseudo-eu deixa o indivíduo em estado de intensa insegurança e conflito de identidade. Cheio de dúvidas, o indivíduo se vê compelido a conformar-se, ou seja, procurar sua identidade na contínua aprovação e reconhecimento dos outros.

A conformidade é o mecanismo através do qual a autoridade anônima atua. O indivíduo deve fazer o que todos fazem, em conseqüência, deve adaptar-se, não ser diferente, não sobressair. Deve estar disposto a modificar-se de boa vontade, de acordo com as mudanças do tipo padrão, não tendo que perguntar se está certo ou não, mas se está adaptado.

Sem dúvida, é a conformidade que tem predominado no atual modo de vida das sociedades capitalistas. Em inúmeras circunstâncias, o indivíduo parece ter perdido o sentido do valor e da dignidade de si mes-

mo. Essa perda tem provocado insegurança, fazendo-o buscar o alívio na conformidade, através da submissão à autoridade anônima.

No caso específico do lazer, o indivíduo não sabe o que fazer de si mesmo, como utilizar com algum sentido o seu tempo livre. Há um anseio generalizado por tempo livre e, ao mesmo tempo, pela passividade. A publicidade apela para este desejo, oferecendo inúmeros produtos eletrônicos, cuja ênfase está no "conforto".

A autoridade anônima atua através dos meios de comunicação de massa, indicando as formas mais adequadas de utilização do tempo livre. Os interesses físicos do indivíduo são manipulados pela ideologia dominante, valorizando-se aqueles que correspondem aos padrões culturais estabelecidos, fazendo o indivíduo pensar que essas "sugestões" de atividades no tempo livre são de fato o que de melhor existe para ele. E é com naturalidade que o indivíduo aceita as propostas de divertimento oferecidas pelo sistema, ao mesmo tempo em que busca esta orientação como forma de superar a sua insegurança em relação as suas próprias escolhas. Entretanto, é ele mesmo quem decide sobre o que se quer que ele decida no tempo livre.

A NEGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DO INDIVÍDUO.

Se o indivíduo perde o senso de sua identidade, tende a perder o senso de suas relações com a natureza e a sociedade, devido não só ao vazio existente em sua vida, como também à ansiedade. Quando o indivíduo se sente interiormente vazio, é natural que tenha a impressão de que a natureza e a sociedade à sua volta esteja também vazia, morta.

Quando o eu do indivíduo é desprezado, as suas relações sociais forçosamente se tornam superficiais, coisificadas, uma vez que não é o indivíduo como tal que está se relacionando com a natureza ou a sociedade, mas são mercadorias que estão sendo trocadas no mercado social.

O indivíduo se sente, então, como uma coisa a ser empregada com êxito no mercado. O indivíduo não se sente mais como sujeito, portador de potencialidades humanas, pois está alienado de suas capacidades e a sua finalidade é apenas vender-se. O sentimento de sua identidade não nasce de sua atividade como ser da ação e da reflexão, mas de sua função econômica na atual sociedade dividida em classes.

O tempo livre é a esfera privilegiada da vida social para a realização dessas transações, nas quais o indivíduo já não vale por suas qualidades humanas. Assim, as relações sociais do

indivíduo se estabelecem em função da pressão econômica e da ideologia dominante.

Portanto, o distanciamento do indivíduo em relação ao processo de produção da sociedade como um todo e, em particular, dos conteúdos culturais do tempo livre, na realidade impede o indivíduo de satisfazer suas necessidades básicas de participação, transformando assim o seu tempo livre na negação do lazer, ou seja, no antilazer.

A OSTENTAÇÃO DO TER COMO DESVIO DA AUTO-ESTIMA

Na atual sociedade capitalista, cujo modo de produção implica a propriedade privada dos meios e dos bens materiais da produção, o ter passou a ser uma aspiração dominante entre os indivíduos. Numa sociedade dividida em classes na qual a propriedade privada pressupõe relações humanas de dominação e subordinação, o desejo do ter parece significar, por um lado, a ilusão de superação da situação de opressão em que se encontra a maioria dos indivíduos, e, por outro lado, a demonstração de poder pela minoria dominante na sociedade.

Na esfera do tempo livre, a possibilidade de exibir a quantidade de tempo disponível para si é motivo de orgulho para muitos indivíduos. O conteúdo do tempo livre é prestigiado pelo seu valor de troca, não importando o seu valor de uso. Assim, as atividades praticadas no tempo livre valem à medida que o seu valor de troca é expressivo.

Procurando satisfazer sua necessidade de auto-estima, o indivíduo procura exibir diferentes formas de diversão que podem ser compradas no "mercado cultural", por preços elevados. A qualidade da atividade em si não importa, pois o que determina o seu valor é o seu preço.

O consumo de determinados conteúdos do tempo livre é, assim, motivo de prestígio para o indivíduo. Entretanto, nessa desesperada busca de aprovação dos outros, uns podem e outros não podem. A minoria economicamente favorecida pode, e então satisfaz essa necessidade de consumo dos bens culturais do tempo livre tal como é estruturada pelo modo de produção capitalista. Já a maioria explorada, não tendo igual poder de compra, é obrigada a se contentar com bens culturais de baixa qualidade, não satisfazendo, assim, nem a necessidade de prestígio criada pela própria sociedade, nem a sua real necessidade de auto-estima, pois desconhece completamente o seu referencial de vida.

Portanto, a transformação do tempo livre em lazer numa sociedade capitalista, dividida em classes, caracteriza-se como um mecanismo

ideológico no qual permite ao antilazer se estruturar em toda sua plenitude desumana. Compra-se o direito de consumir ao preço da renúncia do direito de criar: direito de criar um novo homem, direito de criar uma nova sociedade.

LAZER E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A exigência fundamental para que o lazer se torne uma realidade para o indivíduo na atual sociedade é a possibilidade concreta de sua participação no tempo livre e nos demais setores da vida social.

O lazer enquanto fenômeno social implica, portanto, a concretização do processo de participação social no tempo livre. Há dois aspectos distintos quanto à forma de participação do indivíduo na sociedade: participação como estado ou situação, e participação como ação ou compromisso. No primeiro caso, considera-se o fato do indivíduo participar, ou seja, o fato do indivíduo pertencer a um determinado grupo social. No segundo caso, considera-se o ato do indivíduo participar em, ou seja, o ato do indivíduo tomar parte ativa num grupo, tendo em vista a atividade social que é exercida.

Uma autêntica participação social se caracteriza pelo processo mediante o qual grupos e classes sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. Ao se considerar participação social nessa abrangência, o seu significado se transfere de uma dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre a totalidade, para atuar no cerne das estruturas sociais, políticas e econômicas. Sendo assim, uma sociedade participativa seria aquela em que todos os cidadãos pudessem tomar parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens da sociedade de forma eqüitativa. Numa sociedade participativa toda a estrutura social e todas as instituições deveriam estar organizadas para viabilizar a participação do indivíduo nos diferentes setores da vida social.

Qualquer que seja a organização da sociedade humana, qualquer que seja o grau de desenvolvimento em que se encontre, a primeira condição de sua existência é a produção de bens materiais, tendo em vista satisfazer suas necessidades. Ao produzir bens materiais, o homem produz e reproduz toda a ordem social de sua vida. É no processo de produção que o homem se forma como ser social. Portanto, o trabalho é a base da vida social, uma necessidade natural do homem. A própria vida humana seria impossível sem a atividade produtiva, sem o trabalho.

A participação social do indivíduo no processo de produção pressupõe que ele tome parte na propriedade dos meios de produção, na

organização e controle do trabalho, na elaboração do produto e na propriedade do produto gerado pelo processo produtivo.

O surgimento da propriedade privada e conseqüentemente das classes, provoca enormes transformações sociais. Muda-se a base da vida social, mudando o caráter da produção e de sua organização social, como também modifica-se a estrutura e o conteúdo da consciência social. Isto faz surgir novos fenômenos da vida social, entre os quais se reveste de particular importância a esfera das relações sociais, das instituições e das organizações sócio-políticas.

Isto significa que, com o aparecimento das classes sociais, surge uma esfera especial da vida social: a esfera das relações sócio-políticas, na qual se trava a luta de classes pela possibilidade de dirigir toda a sociedade. Como a economia desempenha um papel determinante na sociedade, a classe social dominante na economia possui a possibilidade material de impor seu interesse a toda a sociedade, de impor também sua organização e administração, conseqüentemente, seu domínio político.

É na esfera da política que as relações econômicas se refletem de forma mais direta. Toda base econômica penetrada de antagonismo de classe dá lugar a uma determinada organização política da sociedade, mantendo-se uma plena correspondência entre o econômico e o político. A classe dominante e dirigente na economia é também a classe que domina e que dirige a política de toda sociedade. A organização política da classe dominante na economia é o Estado.

A participação do indivíduo na gestão da produção e da sociedade, como se pode observar, é extremamente limitada ou até inexistente. Só como a superação de todas as formas de burocratismo existente hoje é que se poderá falar de uma verdadeira participação do indivíduo na gestão da sociedade. A inversão nesse processo pressupõe a incorporação cada vez mais ampla dos trabalhadores na administração, na realização das funções de controle popular e no desenvolvimento da crítica e da autocrítica.

As formas de distribuição dos bens materiais também dependem do caráter da propriedade sobre os meios de produção. Na atual sociedade, a propriedade privada condiciona uma distribuição extremamente injusta dos bens materiais. O proprietário dos meios de produção obtém a maior parte dos bens produzidos, embora não participe diretamente na produção.

Só a propriedade social dos meios de produção pode assegurar o princípio de distribuição justa dos bens materiais, de acordo com a força de trabalho empregada no processo de produção e que corresponde aos interesses de todos os trabalhadores. Portanto, torna-se necessário converter em patrimônio do povo toda a riqueza da sociedade, para que os

indivíduos possam ter o real direito de usufruir os bens materiais produzidos com o seu trabalho.

Portanto, a produção, a gestão e o usufruto de bens materiais são características da participação social do indivíduo. Se um determinado grupo social produz e não usufrui dessa produção, ou se produz e usufrui, mas não toma parte na gestão do processo produtivo, não se pode dizer que esse grupo tenha uma verdadeira participação na sociedade.

Sendo a participação social uma exigência fundamental para que o tempo livre possa se transformar em lazer, este deverá ser conquistado à medida que o indivíduo tiver condições de experiência a participação nos diferentes setores da vida social.

A existência do tempo livre enquanto fenômeno social inserido na esfera das lutas políticas da classe trabalhadora é o suporte material para a realização do lazer. Se a transformação do tempo livre em lazer pressupõe a satisfação de necessidades materiais e espirituais básicas do indivíduo e, sabendo-se que a ideologia burguesa atua encobrindo a verdadeira realidade social do indivíduo, como então conquistar o lazer ?

Na sociedade capitalista, o espaço político do tempo livre é o palco onde se trava a luta ideológica a favor ou contra o lazer, ou seja, a favor ou contra a formação de um novo homem. Neste sentido, ao se defender o lazer, em conseqüência, a formação de um novo homem para uma nova sociedade, o conteúdo cultural do tempo livre deve se caracterizar como um instrumento de autodefesa, no qual o indivíduo poderá compreender sua própria realidade e se organizar coletivamente para buscar alternativas de satisfação para as suas necessidades. A partir daí, será então possível a conquista do lazer, enquanto desenvolvimento individual e social, através das relações que o indivíduo possa estabelecer com a natureza, com os outros, consigo mesmo e com a sociedade como um todo.

Nesse contexto de luta ideológica, o conteúdo cultural do tempo livre deve se orientar pela ideologia socialista, cujo valor fundamental é a igualdade entre os homens; deve ter como organização a autogestão social, na qual os indivíduos participem da produção, da gestão e do usufruto desses bens culturais; e deve também se caracterizar pela presença constante do valor coletivismo nas relações estabelecidas entre indivíduos e grupos.

A concretização do lazer na atual sociedade depende, portanto, do processo de luta ideológica, no qual indivíduos e grupos envolvidos devem lutar contra o conservadorismo da classe burguesa e a espontaneidade dos movimentos sociais. O conteúdo cultural do tempo livre deve se fundamentar sobre uma base ideológica completamente nova, na qual a consciência deve estar livre de idéias mitológicas, religiosas, utópicas, conservadoras e reacionárias que têm impregnado a concepção e a

explicação científica do mundo. Dessa forma, pode-se afirmar que o conteúdo cultural do tempo livre sob uma nova ideologia cria, por sua vez, um novo tipo de consciência, relacionada diretamente com os interesses práticos de grupos e classes, com suas necessidades reais e com as tarefas do desenvolvimento social.

É PIRUETA PRA CAVAR O GANHA-PÃO"

Maria Izabel de Souza Lopes

Universidade Estadual de Maringá-PR (Dep.
de Ciências Sociais)

Decidir escrever sobre lazer significa aceitar debater sobre um tema extremamente controverso. Talvez seja esta a razão por que a questão, tão rica pelas múltiplas facetas que apresenta, é, de outro lado, muito pobre sobre os temas que a sustentam. As reflexões, que aqui serão expostas, não pretendem esgotar o assunto, porque têm como objetivo alimentar a polêmica sobre ele.

É impossível falar de lazer se não passarmos pela questão do trabalho. Creio que sobre isso ninguém discorda. Não se deve entender, aqui, o trabalho enquanto oposição ao lazer, mas as condições de trabalho que permitem objetivar o lazer. Penso que, até hoje, ninguém teve tanta lucidez sobre a importância da luta pelo ócio, como a teve Lafargue (1983)¹, em sua denúncia sobre a reverência que se faz ao Deus Trabalho. A preguiça, ócio da aristocracia do "ancien régime", legada à burguesia livre do trabalho diretamente produtivo, é um vício que deve ser extirpado da classe trabalhadora.

Os que sofrem da cegueira conveniente ou da síndrome da avestruz insistem em desenvolver não sei quantas conjecturas a respeito das conquistas da sociedade do lazer sobre a sociedade do trabalho. Parece-nos que esses ociosos senhores, insistindo sobre essas afirmações, são capazes de amordaçar os que diariamente contradizem suas verdades. Para não precisarmos ir muito longe, basta termos acompanhado as lutas sindicais de 1985 e 1986, pela redução da jornada de trabalho, e atentarmos às respostas caridosas dos representantes do capital negando tais reivindicações para o povo a bem das razões da "nação" (tradução: Capital).

Pior é a bondade de profissionais do ócio que, com a beatitude dos deuses, difundem que a empresa que oferece transporte aos seus empregados já propicia o lazer-turismo durante o percurso casa/fábrica/casa. Então, não podemos negar a existência de um produto social, podemos, entretanto, adornar sua embalagem.

Há uma certa tendência em aceitar o lazer como uma atividade dotada de poderes mágicos, capaz de amenizar, ou mesmo solucionar, frustrações oriundas de inadequadas condições de vida. As múltiplas atividades codificadas como lazer, tais como a dança, o esporte, o cinema, o

teatro, o livro, a T. V., o turismo, etc. e, hodiernamente, o micro, criam a ilusão de podermos escapar da armadilha montada pelas relações de trabalho.

A reivindicação primeira é o direito ao trabalho...mais trabalho... sempre trabalho. O lazer é apêndice. Já repararam que a quantidade de transportes coletivos urbanos são reduzidos nos finais de semana e feriados? O que diferencia esses dias dos outros da semana? O TRABALHO. Enquanto os donos do capital mantiverem a massa proletária reivindicando tão-somente trabalho, ou seu aliado, O Estado, terá condições de manter-se surdo frente às necessidades de melhor educação, saúde, moradia e demais condições humanas de vida decente.

Todavia, a ideologia do lazer, ou "elogio do lazer", no dizer de Russel (1957)², está presente entre nós e, ao expô-la desnuda, corremos o risco de condenação por crime lesa humanidade ou, na melhor das hipóteses muito gentilmente seremos levados a acreditar que estamos equivocados.

Nunca se deixe levar pelos sorrisos de condescendente simpatia: olhe nos olhos! Vai descobrir que está no caminho certo. Está incomodando. Continuemos, então.

O lazer é tomado como fetiche, o solucionador da neurose do trabalho. Esquecemos, entretanto, que, sendo produto da sociedade capitalista, só pode ser apanhado enquanto nela se constitui. O lazer é também mercadoria.

Hoje em dia, dificilmente, conseguimos estabelecer uma fronteira entre o artista e o trabalhador; entre o desportista e o trabalhador; entre o cientista e o trabalhador. Na verdade, são todos trabalhadores, a não ser que sejam proprietários dos meios para produzirem sua criação, sua ação e sua ciência. A propriedade privada obrigou artistas, desportistas e cientistas a transformarem "seu produzir" em mercadorias. São valores para si. Não basta ter talento, habilidade e "sapiência".

É muito comum encontrarmos portadores dessas qualificações reivindicando espaços e equipamentos em instituições públicas para desenvolverem seu trabalho. Não conseguem entender porque não atingem seu intento, mesmo quando alegam e provam a ociosidade do equipamento solicitado. Pobres Sonhadores!

Acontece que o cerne da questão não está no equipamento solicitado, mas nas relações de trabalho de que tais materiais fazem parte. Nessas circunstâncias, as qualificações às quais nos referimos passam a formar novas categorias de trabalhadores, ampliando o quadro dos assalariados. Os talentos tornam-se raridade, menos pela complexidade da habilidade adquirida e mais pelo aniquilamento dessas práticas nas massas proletárias.

“Não posso afirmar que os músculos desenvolvidos num bailarino e num estivador são da mesma natureza, pois que se assim o fosse não haveria um e outro. Haveria sim um homem que faria as duas coisas.”³

Bem, abordamos até aqui apenas parte das questões sobre o ócio: aquela que trata de produção da atividade denominada lazer. Outro aspecto a ser considerado é quanto ao uso do produto do lazer.

Se lhes parece que vamos tratar de outro assunto, nada é mais enganoso. Trata-se, sem dúvida, de uma outra face, porém, da mesma moeda.

Há uma certa aceitação generalizada de que o tempo destinado ao lazer aumentou consideravelmente, neste século XX, decorrente da redução da jornada de trabalho.

A questão central aqui é o tempo. E o tempo só é concretizado na constituição da jornada de trabalho. Portanto, é dela que devemos partir para entender como se produz um tempo disponível, “fora” da esfera do trabalho produtivo.

Sob um ponto de vista aritmético, somos “forçados” a concordar com a redução da jornada de trabalho. De 16 horas da lida diária passamos a 8 horas de jornada cuja aceitação universal data de 1918... nos países desenvolvidos.

Outras conquistas somaram-se a essa: o descanso aos domingos foi instituído no início do século e o direito às férias pagas acontece a partir de 1936. No Brasil, o assunto está regulamentado na Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 ⁴.

Um estudo elaborado pela Organização Mundial de Turismo – OMT – mostra que, até o final deste século, teremos uma disponibilidade de tempo para desenvolver atividades de lazer da ordem de 83 horas semanais contra 30 de trabalho⁵. Milagre das máquinas de calcular !

Esses milagres têm efeitos curtos, pois, mecanicamente não resolvem as questões sociais mais prementes. As taxas de esperança de vida da população, a baixa estatura, o índice de mortalidade precoce, as doenças endêmicas, as doenças industriais e acidentes de trabalho são indicadores refletidos, direta e indiretamente, das condições da jornada de trabalho. Aqui se impõe uma questão: quem e como se organiza o tempo da população ?

Se Lafargue defendeu a necessidade de levantar a bandeira preguiça, Marx, até então insuperável, foi quem com maestria denunciou os abusos da jornada de trabalho desde a forma mais brutal até a mais requintada.

Mas, o que é um dia de trabalho? É menos, claro, que um dia natural (24 horas). Quanto menos? Nada determina o quanto. O capitalista tem idéias próprias a respeito da quantidade de horas trabalhada. É só verificarmos as resistências para se aprovar, no Senado brasileiro, o projeto da lei nº 80, de 1984 do Senhor Nelson Carneiro com vistas à limitação em quarenta horas semanais da jornada de trabalho.

O zelo dos senhores "representantes do povo" em assunto que diz respeito à classe produtora da riqueza é de emocionar. Mas não podemos nos espantar: o Capital é trabalho vivo. O capitalista tem isso muito claro e o operário que "emprega para si seu tempo disponível está roubando o capitalista". Conversar em horário de trabalho sobre assuntos que não os de sua função é motivo de demissão por justa causa.

O limite de uma jornada é constantemente burlado por mecanismos extremamente sutis. A extensão de uma jornada de trabalho não se dá só pela utilização das horas extras, forma legal de ampliação do tempo de produção. Ela também ocorre durante os intervalos destinados às refeições, preparação da mesa de trabalho e limpeza de máquinas ao término da jornada estabelecida. Se para cada situação acima forem utilizados cinco minutos, ao final do dia haverá uma extensão de 20 minutos de trabalho e, ao final do mês, atingir-se-ão 08 horas de atividades totalmente gratuitas ao capitalista. Trata-se aqui da orientação patronal de que o bom empregado, o que quer sucesso futuro, deve sempre iniciar suas atividades minutos antes e terminar minutos depois do horário previsto.

O exagero da extensão da jornada de trabalho leva a classe trabalhadora a diminuir seu tempo de vida, pois, o desgaste constante da energia utilizada e não recuperada provoca uma degeneração física e moral.

A inserção precoce no mundo do trabalho, decorrente das necessidades de sobrevivências, além de comprometer a esperança de vida da população, impede-a de se envolver com o mundo que a cerca. Segundo Marx (1958)⁶.

"encontramo-nos com uma verdade fácil de compreender que o operário não é, desde que nasce até que morre, mais do que força de trabalho; portanto, todo seu tempo disponível é, por obra da natureza e por obra do direito, tempo de trabalho e pertence, como é lógico, ao capital para sua incrementação. Tempo para formar uma cultura humana, para aperfeiçoar-se espiritualmente, para os contatos sociais, para o livre jogo de forças físicas e espirituais da vida humana, inclusive para satisfazer o domingo: tudo puro engodo".

O tempo da grande massa trabalhadora, além da produção, é ocupado na tentativa de um aprimoramento intelectual discutível e inútil que reveste na qualificação e competição no mercado de trabalho;

no comprometido restabelecimento da saúde e do desgaste físico, fruto do ritmo da produção estafante; na participação social limitada ao cumprimento dos deveres morais e cívicos dos diferentes papéis representados por seus integrantes; na participação política e sindical conclamada quando se faz necessário legitimar projetos de cunho econômico e político que visem à socialização dos custos para a totalidade da população.

Acreditar que não existem saídas para essas questões é o mesmo que não compreender o dinamismo da sociedade que as criou e subestimar a capacidade organizativa das massas proletárias.

A jornada de trabalho permanece na pauta de reivindicações das diferentes categorias profissionais. Cabe a elas lutar pelos seus direitos, buscando condições para conquistar o aumento real do tempo disponível de forma a usufruí-lo para obterem maiores conhecimentos, organizarem-se para estabelecer novas relações sociais no plano societário.

E no dizer de Chico Buarque (1976) "É pirueta prá cavar o ganha pão".

Como o tema não se finda apenas numa frase, convido o leitor a se envolver nesse debate "só de birra", só de sarro".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. 3ª edição, São Paulo Kairós, 1983.
- (2) RUSSELL, B. **O Elogio do Lazer**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.
- (3) LOPES, M. I. S. "Reflexões sobre Corpo e História". In: **II Congresso Brasileiro de Dança Educação Física**. São Paulo, Gedef, 1986.
- (4) CAMARGO, P. R. V. E MALTA, C. P. T.. **A Nova Lei de Férias Comentada**. Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas, 1977, p. 7 e seguintes.
- (5) "Encontro De Esporte e Turismo". Sugestões da Comissão Permanente de Esportes e Turismo. Rio de Janeiro, Copacabana Palce Hotel, 1984.
- (6) MARX, L. "La Jornada de Trabajo". In: **El Capital**. Tomo I México, Fondo de Cultura Económica, 1958, p. 207.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÓCIO COMO LAZER

João Ribeiro Junior
IAC/PUCCAMP

O tema, a propósito do qual pretendo concentrar-me, refere-se ao ócio. Trata-se não só de uma questão importante do ponto de vista especulativo, como de problema de grande atualidade e de significação para o futuro.

Insiste-se muito em que a nossa civilização é a civilização do trabalho, porquanto nasce, desenvolve-se e progride no trabalho. Daí minha preocupação com o ócio, justamente por que ele é o oposto ao trabalho, e que vem adquirindo cada vez maior importância no sentido de que dele não se pode prescindir para a maior compreensão do homem como um todo.

Não é meu objetivo discutir aqui as várias interpretações dadas aos termos **trabalho**, **lazer** e **ócio**. Preocupei-me apenas com o conceito operacional de "**tempo livre**", entendido como aquele "**tempo**" que não é utilizado para o trabalho. A partir daí é que foram tecidas as considerações a respeito do ócio visto como lazer, e oposto ao trabalho, considerado como pena dentro de um contexto onde a tendência é no sentido de gozar e fruir o mundo, não de utilizá-lo e explorá-lo. Natural a primeira tendência, inatural é a segunda porque sobrevinda, mesmo se afinal constitua uma segunda natureza.

Minha pretensão neste ensaio não é de instaurar utopicamente a alegria do ócio. O problema é diferente e mais difícil. Trata-se de saber como os sentimentos agradáveis, que acompanham o ócio, podem integrar-se entre si numa forma mais elevada, num complexo sentimento que, unido às condições que derivam da remoção dos obstáculos, seja capaz de engendrar alguma felicidade para os homens que trabalham e desejam o lazer-ócio; felicidade limitada, porém concreta.

Neste sentido terão mais importância providências particulares, terá mais relevo o desenvolvimento de específicas atuações (ou não atuações) do que o apelo a concepções elevadas, do que verdadeiramente uma geral reforma social.

O problema assim enunciado longe está de ser difícil e concludente.

A NATUREZA DO ÓCIO

Desde que Paul Lafargue, genro de Karl Marx, escreveu seu livro *O Direito à Preguiça* (1883), um dos aspectos que mais atrai a atenção dos estudiosos é o ócio dos sujeitos ativos de uma comunidade ou sociedade.

O ócio, entendido como a própria negação do trabalho, é considerado como algo debilitante, que não deveria ser confundido com o lazer, que supõe, previamente, a presença do trabalho profissional.

"No hacer nada es vaciar la vida, es incompatible con el hombre", dizia Ortega Y Gasset. Para este filósofo vitalista e para muitos especialistas do lazer, o homem trabalha e é, portanto, sujeito ativo. Como sujeito passivo, ele é mero espectador.

O que se evidencia é que o lazer é colocado como produto da situação de trabalho, e também, como ação direta ou indireta sobre o trabalho. Trabalho visto como um dever universal, mais ainda do que tarefa econômica.

Em outras palavras, o descanso concedido pelo capital ao trabalhador não é considerado como uma mera inatividade vazia de conteúdo. O descanso, neste caso, significa mudança de atividade, e não repouso, pois a visão do lazer, como tempo livre, envolve uma ampla gama de atividades de fazer.

O rico sentido do ócio da antiguidade clássica já não existe na vida moderna. (Os gregos e os romanos não apreciavam o trabalho como positividade, mas o sentiam como negatividade). O homem já não descansa quando pratica o lazer; ao mais das vezes, ele exerce atividade física e mental muito maior do que durante todo o ano de trabalho. Em vez do ócio, ela pratica esportes, alimenta-se de leituras, dedica-se ao turismo, se perde em inúmeros afazeres cansativos. Em suma, o homem no lazer não deixa seus hábitos de trabalho. Trabalha repousando: repousa trabalhando.

Assim, a influência do trabalho cotidiano, com seus nefandos efeitos da divisão e da mecanização — que conduz o homem ao sentimento inacabado e de insatisfação —, condiciona de alguma maneira o descanso, que se elege para os momentos de ócio.

Realmente, o modo como o tempo do homem é dividido entre o trabalho e o lazer reflete no padrão da sociedade. E assim, a natureza do tempo disponível para o lazer será também significativa em relação ao tipo de atividade de lazer que os homens executam.

O homem já não repousa, pois o tempo tomado do trabalho não se transformou inteiramente. De modo que, apesar de existirem muitas atividades denominadas "lazer", elas não são opostas ao conjunto das

necessidades e obrigações da vida cotidiana, dominado pelo trabalho.

O ócio, no sentido de tempo realmente livre de tudo, não é o "pai dos vícios", como sempre se proclamou, mas um direito natural do homem que favorece sua liberdade como pessoa, pois é o ócio quem irá lhe dar o verdadeiro sentido da vida, que lhe permitirá elevar-se além da fixidez e do pesadelo de uma vida que se repete em seus esquemas de produção e de consumo, para atender aos reclamos do capital-trabalho.

O ócio é o momento mais livre que o homem possui. É uma porta aberta para o mundo infinito, onde se pode sonhar e viver todas as essências, todos os impossíveis, que a realidade determinou, porque a realidade — a realidade dinâmica, no sentido dialético — traça antes de tudo, impossíveis.

O ócio — como o vejo — contém uma vontade dinâmica de **nada fazer**. Absolutamente nada; nem esporte, nem turismo, nada; mas que é representado pelo descanso absoluto, ou seja, simplesmente deixar a vida escorrer na preguiça do poder fazer e não fazer. "A divina preguiça", na expressão de Mário de Andrade.

Só assim, entendo, o homem poderá recuperar seu tempo vendido (espoliado) pelo capital através do trabalho.

Daf a necessidade de se libertar do condicionamento de que o lazer-ócio é patológico, de que o lazer-ócio supõe, como qualquer outro lazer, o trabalho, onde o homem faz o jogo do capital e perde o direito à preguiça.

ÓCIO VERSUS TRABALHO

Deste ponto de vista, muito mais importante do que a criação e a produção de riquezas é o ócio, que não produz valores materiais, mas cria valores espirituais e favorece o desenvolvimento integral do homem. Ócio, portanto, que se nutre de uma razão vital e que sobre ela procede às suas tarefas mediativas e aperfeiçoadoras. Amplamente antropológica, a razão vital se insere profundamente no homem, em todas as faculdades e poderes do homem.

No ócio o homem se debruça sobre si mesmo para a colheita de insuspeitados frutos, que assinalarão sua vida num processo ascendente. No ócio de conexas toda uma ânsia — a nossa ânsia — de elevação, longe das obrigações impostas pelo capital.

Infelizmente, a exploração capitalista ainda não permite que o ócio se manifeste como lazer. A organização da indústria em grande escala

deu origem a uma carreira frenética na criação, aumento e acúmulo de capitais. Para impulsionar a produção, os progressos da ciência impuseram a aquisição de maquinários cada vez mais caros e complexos.

O pequeno artífice — cujo tempo de ócio era bem maior do que o tempo de trabalho — atirou ao quarto das velharias seu tear rudimentar, juntamente com o ócio, e se ateve unicamente à sua força de trabalho. Só com um capital, que estava fora de suas posses atender, podia o pequeno artífice adquirir maquinarias modernas e explorar a indústria.

O proprietário do capital que, anteriormente, só podia dedicar-se ao comércio, e tinha tempo para o ócio, viu-se, quase da noite para o dia, senhor da situação e dono da indústria. E o capital adquiriu enorme preponderância, e se chegou mesmo a considerá-lo como a única chave de produção, como o agente por excelência da criação de valores e de riquezas, que não admitia em hipótese alguma o ócio.

O ex-artesão achou-se em outro recurso que não fosse o de ir até a porta do capitalista-industrial para oferecer-lhe a força dos seus braços, e com isso perdeu seu direito natural ao ócio, à liberdade de nada fazer, pelo simples prazer de não fazer.

Afluíram os que solicitavam trabalho e a concorrência na oferta obrigou-os a aceitar, em quase como um favor, qualquer coisa que o dono do capital quisesse dar-lhes a título de salário e de alternativa de descanso.

Qual foi o resultado disso? Menosprezou-se o valor e a importância do ócio, passou-se a ver o homem, que a ele se dedicava, como um indigente. O trabalho passou a ser totalizador; quer dizer, a proporção de tempo de trabalho/tempo livre encontrou-se completamente desequilibrada em favor do primeiro. E toda uma literatura foi fabricada para justificar o trabalho: "O trabalho enobrece o homem."

O pior é que ao capitalismo, enfatuado com pretensões exclusivistas, enfrentou-o um também enfatuado comunismo, com pretensões semelhantes. "Nada cria valores senão o trabalho operário", já dizia Karl Marx.

E o homem, que não se achava à vontade senão nos extremos, encontrou-se no lado oposto e, a uma indubitável exageração da importância do capital, que pretendia depreciar o valor do ócio, respondeu com outra exageração, desta vez, porém, a da importância do lazer que não permite descanso, só atividades reais, como, por exemplo, o esporte nos períodos de repouso. O tempo livre é empregado para se cansar, não para deixar o tempo realmente livre para nada fazer.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ninguém ainda conseguiu construir uma ponte sólida que, para sempre, una as margens opostas do trabalho e do ócio. Não existe até agora

uma receita filosófica para transitar facilmente de margem amena do ócio àquela mais incômoda do trabalho. Ninguém, pode, entretanto, viver num perene e infecundo dissídio entre o que "agrada" e o que "se deve fazer". Procurar o ócio é fugir ao trabalho imposto; é como procurar o prazer e fugir à dor; ou seja, é uma lei elementar e constante da existência.

A partir desta visão, a busca do ócio não pode ser julgada com um propósito reprovável em si mesmo. Somente um radical desprezo pela vida e pela natureza pode insinuar a suspeita de que já seja culpa e mera experiência do ócio, entendido como o prazer de nada fazer.

Talvez seja por isso mesmo que quando se polemiza contra o ócio, a polêmica não de dirige contra o princípio do ócio, mas contra a sua interpretação rude e grosseira, que relega o ócio como sendo um vício que embota o homem.

Martin Heidegger afirmava que o caráter precípuo da existência humana é a preocupação. A felicidade seria, então, a ausência de preocupação. Como a felicidade é relativa, existe uma possibilidade concreta de se eliminar a preocupação e se passar a viver realmente. Essa possibilidade é o ócio como lazer.

Não nos é dado sair do tempo, mas esse tempo podemos empenhar todas as nossas possibilidades na tentativa de superar aquilo que limita e suprime a nossa liberdade de fazer e deixar de fazer, para encontrarmo-nos.

O ócio, assim, significa aprofundar nossa humanidade; afrontar e vencer as contradições do capital e do trabalho, que tornam nossa vida estupidamente difícil, inutilmente humilhante e desumana.

Em suma, o **ócio como lazer** é um momento do processo espiritual na crescente auto-revelação do homem a si mesmo, apesar das inexoráveis antinomias de valores e obstáculos, de positividade e negatividade de que nos cercam.

JOGO, IMAGINAÇÃO E GENEROSIDADE

Luiz Alberto Lorenzetto

Unesp – Rio Claro-SP

Este artigo é fruto de um exercício de imaginação, baseado no título "Um currículo para outros mundos", proposto pelo Prof. Rubem Alves, no curso de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, e que eu transformei numa estória sobre a aprendizagem da generosidade, envolvendo homens e animais.

Como a estória veleja entre o real, o imaginário e o simbólico, preferi antecê-la por um trecho que aborda alguns aspectos culturais em Freud, sobretudo quanto à Educação e quanto ao Símbolo.

De acordo com a teoria psicanalítica, os aspectos da vida emocional são a consequência da ação dos instintos básicos do ser humano: os instintos de conservação, de morte, sexuais e de vida, garantindo a sobrevivência e a felicidade humanas.

Klein e Rivieri (1962) constataam que quando estes instintos precisam manifestar-se, o ser humano utiliza alguns mecanismos de segurança contra sentimentos de dor e para garantir a distribuição de emoções perigosas e evitar desapontamentos. Entre estes mecanismos encontram-se os de: projeção, depreciação e desprezo, distribuição, rejeição, inveja, cobiça, entre outros.

A literatura sobre o assunto em pauta, informa que a teoria psicanalítica não é baseada somente na natureza humana ou nos instintos, mas também grandemente fundamentada nos aspectos culturais.

Para Freud, os aspectos inconscientes do comportamento podiam ser estudados através do relatos dos sonhos, da hipnose do estudo dos lapsos e atos casuais.

Freud (1974) relata que: "a interpretação dos sonhos é na realidade a estrada real para o conhecimento do inconsciente, a base mais segura para a psicanálise". (p. 28)

Como estas manifestações, como o próprio nome o diz, são inconscientes, elas necessitam de uma interpretação.

Contudo, a interpretação dos fenômenos micro e macro-cósmicos, não podem pertencer ao domínio da objetividade científica. Explicações míticas, religiosas, lúdicas, artísticas, poéticas e metafísicas, também fazem parte do espírito humano, e apresentam uma considerável importância na política, na educação, no jogo, na economia, na aprendizagem e, portanto, na constituição do indivíduo, da sociedade e da cultura. (Rezende, 1985).

A Filosofia que quer desvendar os fenômenos naturais e culturais e utiliza as explicações acima descritas, tem ainda outras perguntas: Quem somos nós ? Para onde vamos ? Qual o nosso Paraíso ? Somos livres ? Quem domina e quem é dominado ? Somos os arquitetos dos nossos próprios destinos ? Como o Homem, a Natureza e a Cultura, transformam e são transformados ?

A Psicanálise, através do seu caráter filosófico, trata de investigar o Homem como um ser inacabado, que vive em busca de si mesmo, de sentido, de sentidos, de mais sentido, tentando passar do estado solitário (ter) para o estado solidário (ser).

Como o homem é pleno de significado, como o significado, e o conjunto de suas percepções, como as percepções dependem da experiência, como as experiências são multivariadas, as manifestações humanas têm sido as mais discrepantes possíveis exigindo dos especialistas do comportamento humano, buscarem tanto no individual como no coletivo, as razões para essas manifestações.

Marcuse (1968) analisa o pensamento de Freud do ponto de vista cultural, e assinala que as sociedades modernas e contemporâneas, ainda interpretam o progresso como uma forma de manter a destruição e a repressão, desvalorizando a produtividade e a liberdade.

O aparecimento das várias formas de controle social reforçam o exposto acima, reprimindo nas pessoas a necessidade de libertação e aumentando o poder dos governantes, que, através dos tempos, têm-se colocado acima do bem e do mal.

O título do trabalho pedido, "um currículo para outros mundos", e os assuntos constantes da introdução do texto, excitaram minha imaginação a tal ponto que resolvi escrever sobre a possibilidade de ensinar generosidades, num mundo muito parecido com o nosso.

Era uma vez, uma...

UNIVERSIDADE MUNDIAL DA SOLIDARIEDADE
FACULDADE DO AMOR
CURSO DE GENEROSIDADE

HORÁRIO		DISCIPLINAS	PROFESSORES
2ª F.	M	Contato pessoal	Enguia
		Música	Gralha
	T	Poesia	Papagaio
		Leitura: Liberdade sem medo	Águia
3ª F.	M	Sedução	Rinoceronte
		Filosofia do corpo	Pavão
	T	Amizade	Urso
		Banho de cachoeira	Girafa
4ª F.	M	Aceitação	Tigre
		Relações humanas e animais	Jacaré
	T	Confiança	Leão
		O por do sol	Coruja
5ª F.	M	O nascer do sol	Galo
		Carinho	Cobra
	T	Fantasia	Dragão
		Ver e ouvir estrelas	Lobo
6ª F.	M	Saudade	Canário
		Símbolo	Camaleão
	T	Generosidade	Vaca
		Filme: Fernão Capelo Gaivota	Tatu
Sáb.	M	Altruísmo	Cão S. Bernardo
		Leitura: Aprender a sentir – sentir para aprender	Coelho
	T	Artimanhas sociais	Macaco
		Sabedoria	Elefante

Aqui começa a estória...

Esta estória de currículo começou há muito tempo atrás...

... Os animais de uma floresta, viviam apavorados a não mais poder, pois, continuamente, de manhã à tarde, um grupo de humanos destruí a sua querida selva.

Eles, os alienígenas, pretendiam construir mais um condomínio, que passaria a chamar-se Recanto Natural.

Pobres diabos ! Não sabiam que desmatando, recanto natural é o que menos restaria naquele local.

Os animais, encurralados, sem ter onde se esconder e sobreviver, pediam a Deus que o mundo terminasse em buraco.

Entre pesadelos e sobressaltos (algumas máquinas eram acionadas à noite), os animais se acotovelavam e disputavam espaços.

Cansados de tanto saltar de galho em galho, um mico-cara-de-leão enconstou-se numa folhagem, e, apesar do barulho, dormiu e sonhou.

Durante o sono, muito agitado por sinal, algumas idéias foram se formando no seu sonho, até que as coisas foram tomando um rumo que parecia favorável, conciliador e tranqüilizador para a bicharada.

As imagens do sonho sugeriam que, se não havia possibilidade de vencer os homens ou escapar deles, o negócio era entrozar-se com os tais fulanos depredadores.

De repente talvez tendo acionado seu mecanismo filogenético, lembrou-se que tendo o homem sido criado à imagem e semelhança de Deus, deveria ser tão generoso quanto ELE.

Ah ! Santa generosidade ! Essa era a palavra-chave. Daí, para serem iguais aos humanos era um pulinho.

O seu despertar foi tão abrupto quanto o sono, pois na alegria da descoberta, caiu do galho e quase esmagou uma formiga que trabalhava por ali.

As idéias eram tão claras, tão fortes, e tão gratificantes, que ele tentou pô-las em prática imediatamente.

De lápis e papel na mão, olhos brilhantes e dedos ágeis, enquanto eriçava sua pelugem, transcrevia seu sonho e agilizava uma forma de torná-lo realidade.

As primeiras dificuldades eram: quem daria aulas sobre generosidade, quais seriam os professores, se as aulas seriam obrigatórias, se haveria um diploma (Já pensou ter um diploma de generosidade na parede, isto é, no galho de sua árvore ?) e como seriam as avaliações ?

Para dar maior força ao seu trabalho, e garantir verbas federais, nomeou-se reitor da recém-criada Universidade Mundial da Solidariedade, nomeou o tatu para diretor da Faculdade do Amor, onde o coelho seria o coordenador do Curso de Generosidade.

Seu primeiro ato burocrático, institucional, por acaso, já que nem todos os animais pretendiam assemelhar-se aos homens (tenho a impressão que os homens estão em "baixa" na opinião dos animais) foi estabelecer a grade curricular da escola, onde constavam as disciplinas: Contato pessoal, Sedução, Carinho, Fantasia, Saudade, Poesia, Amizade, Autenticidade, Sabedoria, etc., intercaladas por momentos onde as aulas começavam mais cedo, (para acompanhar o nascer do sol) terminavam mais tarde (para extasiar-se com o poente) ou avançavam pela noite a dentro para "ver e ouvir estrelas".

Duas vezes por semana, deviam levar um grupo de crianças (digo, de animais jovens) para tomar um banho de cachoeira, brincar com os respingos da água, fazer borbulhas submersas e deixar-se levar pela pequena correnteza que precedia a queda d'água.

O mico-cara-de-leão, o tatu e o coelho achavam muito importante que seres generosos devessem compreender e amar a natureza.

Para compor o quadro docente, os animais apresentaram seus currículos e foi uma "briga de foice" escolhê-los.

O elefante queria lecionar **Sabedoria** porque era o de maior cabeça !

Ninguém concordava que a cobra lecionasse "**Carinho**" !

A enguia não deixava por menos: "Ei amizade, eu fico com o Contato Pessoal" !

Sedução era mesmo com o rinoceronte !

Depois de formado o quadro docente, as aulas tiveram início, num ambiente dos mais cordiais, através de um diálogo constante, onde professores e alunos revezavam-se na tomada de iniciativas.

Todos ensinavam e todos aprendiam, pois cada um buscava a generosidade nos mínimos gestos dos colegas, e como esta é uma "doença contagiosa", quem dava também recebia.

Cada um externava a generosidade do seu jeito.

O papagaio declamando poesias, a gralha cantando em "solo" e a girafa levando os mais jovens para o banho de cachoeira, demonstravam uma grande harmonia.

O leão, o tigre e a águia perderam sua ferocidade e não atacavam mais seus alimentos naturais.

Os passarinhos não comiam mais as minhocas e os insetos.

O gato e o cachorro não mais brigavam, e os ratos, passeando de mãos dadas, procriavam à vontade.

Os sapos conviviam com as cobras.

Mas nem tudo era azul.

As preocupações começaram através da super-população, pois os animais só desapareciam através da morte natural.

Quando começou a faltar alimento foi um "Deus nos acuda". Cada um procurou cuidar da própria vida e voltou a "lei da selva". Salve-se quem puder ! Adeus generosidade.

Esta estória poderia ter outro fim.

Assim que todos os bichos se aureolaram de generosidade, foram à procura dos homens e os contataram como seus semelhantes.

Os humanos, desacostumados de tanta docilidade, levaram um grande susto. Nenhum deles poderia confiar num leopardo, num javali ou numa formiga saúva. Reunindo o Conselho dos Cidadãos, decidiram expulsar os invasores, mesmo que eles trouxessem no olhar, a pureza e a mansidão de uma tranqüila lagoa.

Parece que quem não convive com a generosidade, não consegue reconhecê-la nos outros.

Poderíamos dar outro fim a esta estória.

Os humanos gostaram tanto da generosidade dos animais, que os convidaram para uma vida em conjunto.

No começo, a harmonia era tanta, que os humanos quiseram até aprender aquela pedagogia que conduzia ao amor, ao prazer, ao bom-humor e à irrestrita confiança.

Com o correr do tempo, a generosidade irmanava crianças, mulheres, homens e animais e os transformava em "seres de outro mundo."

Bem, este é o fim de uma estória que parece não ter mais fim.

BIBLIOGRAFIA

- FREUD, Sigmund. **Cinco Lições de psicanálise**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- KLEIN, Melaine & Riviere, Joan. **Vida emocional dos civilizados**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- REZENDE, Antônio M. **Comunicação pessoal**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Curso de Pós-Graduação em Educação. Campinas, 1985.

O COMPROMISSO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PARA O TEMPO LIVRE

Lênea Gaelzer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A. INTRODUÇÃO

1. A evolução social: trabalho, tempo livre e lazer

Para se compreender melhor o lazer, será necessário situar-se no tempo e no espaço social tendo em vista as mudanças pelas quais passou a humanidade. A evolução social teve início mesmo antes da sociedade agrícola. Nesta, as famílias eram grandes e, conviviam juntas, três, quatro gerações. Os indivíduos trabalhavam enquanto a claridade do dia lhes permitia. Tiravam da terra o sustento à sobrevivência, numa integração perfeita com a natureza.

A criatividade humana deu origem as mais variadas invenções. Neste estágio surgiram, o arado, o catavento e, mais tarde, a máquina a vapor, a eletricidade, o telefone, o avião e outros. Assim, ocorreu a primeira revolução social, trazendo a máquina para, possivelmente, economizar o esforço físico e favorecer as comunicações.

Para negociar o produto da atividade agrícola e realizar as trocas da matéria prima cultivada, desenvolveu-se o pequeno mercado da aldeia, dando início a comercialização. Apareciam então, alguns produtos de pequena industrialização caseira como, o queijo, a manteiga, o pão e outros. Distinguiram-se neste processo, três categorias de trabalho na organização social: o agrícola, também chamado trabalho primário; a indústria, com o trabalho secundário e o comércio, chamado trabalho terciário.

Nessa evolução, com o surgimento da sociedade industrial e os avanços tecnológicos foi codificado e regulamentado o trabalho e compartimentadas as atividades diárias do homem. As invenções científicas e a tecnologia trouxeram à humanidade o fenômeno do tempo livre, através das conquistas do homem, no mundo do trabalho.

O tempo livre portanto é uma imposição do progresso tecnológico e uma conquista no mundo do trabalho. O trabalho é, portanto, o antônimo de tempo livre, mas não de lazer. Lazer e trabalho não estão em

oposição; devem servir um ao outro e serem complementos e necessidades na vida do homem. Entretanto, o lazer e o tempo livre vivem em situações diferentes, enquanto lazer e trabalho também propõem dimensões distintas. Costuma-se pensar que lazer e tempo livre são a mesma coisa, mas todo mundo pode ter tempo livre e nem todos podem ter lazer.

Por outro lado, o trabalho envolve o indivíduo na esfera da necessidade; através dele pode haver realização pessoal mas, é com o trabalho que o homem assegura a sua sobrevivência. O lazer propõe a esfera da liberdade, o indivíduo sai da rotina dominante do mundo do trabalho e se encontra dono do seu tempo.

O tempo livre é uma idéia de democracia realizável. O lazer não é por todos realizável por tratar-se de uma atitude e não só de uma idéia. O tempo livre se refere a uma forma de calcular uma determinada classe de tempo. O lazer é uma forma de ser, uma condição humana que todos desejam e poucos alcançam. O lazer é um estado mental ativo, associado a uma situação de liberdade, de encontro, de habilidade e de prazer. Lazer é a harmonia individual entre a atitude, a disponibilidade de si mesmo e o desenvolvimento integral. (Gaelzer, 1979).

Trazendo estas reflexões à realidade brasileira é difícil se declarar que este país vive na sociedade industrial. Pela dimensão geográfica e, pelo desequilíbrio do seu desenvolvimento, o Brasil possui uma sociedade complexa, na qual transparecem estágios de evolução social diversos e de natureza diferentes: grandes centros de industrialização enquanto em algumas regiões e, periferias urbanas, existem pessoas em condições de difícil sobrevivência. Isto talvez ocorra, porque o desenvolvimento humano é muitas vezes mais lento que o tecnológico e, muito pouco ou nada se tem investido na pessoa, como a maior riqueza deste país.

A sociedade industrial impulsiona a produção, o consumo, o negócio e a economia. A tecnologia foi criada para favorecer o desenvolvimento social; entretanto, a economia, aplicada sem uma perspectiva humana, tem concentrado o poder econômico nas mãos de poucos, sem permitir que parte da população brasileira usufrua do direito de gozar os benefícios de seu esforço no trabalho, podendo assim aspirar a sua transcendência pessoal.

Desta forma, uma grande parte dos indivíduos, nos países em desenvolvimento, está vivendo preocupada com a forma que deverá dar, para suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência. Em uma competição desigual, dividem-se as classes sociais e atira-se umas pessoas contra as outras na conquista e ambição material. Conjuntamente com o desenvolvimento econômico se faz necessária a formação de valores humanos. A pobreza moral e espiritual não é um mal menor.

No momento em que houver um maior equilíbrio social, com novos critérios de distribuição da renda e, a economia estiver aplicada

como um meio, as pessoas se preocuparão menos com o fantasma da fome, da falta de moradia e de saúde e poderão aspirar o progresso educacional e cultural, estabelecendo novas metas para o aprimoramento individual e social.

Paralelo ao desenvolvimento econômico, e na busca do equilíbrio social, será necessário reconhecer que o progresso humano é muitas vezes mais lento e complexo que o progresso tecnológico; assim sendo é dever do Estado e da Sociedade investir em projetos voltados à pessoa e, prepará-la tanto para o trabalho quanto para o uso da sua liberdade no tempo livre.

Para reforçar esta necessidade, de investir na pessoa, através da educação e da cultura é preciso lembrar e ter em vista que, neste momento, a humanidade está vivendo a segunda grande revolução social que está sendo causada pela entrada da máquina, mais sofisticada na sociedade, que se propõe a economizar o esforço mental do indivíduo. Exemplos disto é a presença do computador, da cibernética, da robótica e da automação. Deve ser reconhecido que a imaginação, a fantasia e a criatividade humanas não têm limites; o uso da mente será motivo das grandes preocupações da sociedade em curto e médio prazos. Quantos estarão conscientes destas mudanças ?

Para SCHUMACHER (1973) a tecnologia moderna privou o homem do tipo de trabalho que ele aprecia, o trabalho criativo desenvolvido com o cérebro e as mãos e deu-lhe um trabalho de tipo fragmentário e sem significado que ele absolutamente não aprecia. Multiplicou o número de pessoas excessivamente ocupadas em tarefas despersonalizadas que, em sua maior parte, seriam desnecessárias se a tecnologia fosse um pouco menos sofisticada.

Isto confirma a suspeita de que a forma como a tecnologia moderna evolui, revela uma face cada vez mais desumana. Talvez tenha chegado o momento adequado para se fazer um balanço e reexaminar as metas do desenvolvimento tecnológico.

Nos países do Terceiro Mundo a tecnologia tem provocado o desemprego em massa, e a população que se vê desempregada é justamente aquela que mais necessita estar trabalhando. Novos empregos são criados porém, só podem ter acesso aos mesmos aqueles que possuem uma escolaridade compatível com o nível de sofisticação e de conhecimento exigidos pela tecnologia.

Diante destes antecedentes se poderia questionar:

Estará o indivíduo preparado para controlar a aplicação da tecnologia ?

Que sociedade está sendo criada, tendo em vista a qualidade de caráter a ser formado e a qualidade de vida de amanhã ?

Quem são os indivíduos que mantêm o controle da energia nuclear ?

Não se duvida da necessidade de transmitir "Know-how", mas isto deverá vir em segundo plano; é uma grande temeridade colocar grande poder nas mãos de pessoas, sem se estar seguros de que elas têm uma idéia razoável de como usar aquele poder. Uma educação humanista só pode auxiliar a produzir mais sabedoria.

Será que a educação está preparando as pessoas para toda esta evolução ?

O problema central talvez esteja na importância do indivíduo despertar para uma consciência individual e avaliar as suas formas de agir. Como formas de agir entende-se o estabelecimento de uma hierarquia de valores nas decisões diárias de cada um. Uma atitude que ajude a reger suas iniciativas e guie sua conduta; uma disposição para as respostas, as motivações e necessidades. Em suas formas de agir a pessoa deve estar preparada para reconhecer que toda ação pessoal leva à uma projeção social e, que cada um é responsável pelo todo social.

Que valores estarão sendo desenvolvidos pela educação ?
Quais os valores que deverão ser legitimados na sociedade de amanhã ?
Como imprimir na educação a reflexão sobre a liberdade ?

A escola que se limita a preparar para o trabalho está parcialmente cumprindo a sua função. O indivíduo deve ser visto além de um consumidor e produtor e a educação é responsável por isto. Por exemplo, o que a educação tem feito para preparar o indivíduo para a mudança de vida do período de trabalho para o de não trabalho, na aposentadoria ? Será que a educação não deverá fazer chegar a sua influência até a velhice ?

Em estudo realizado em Porto Alegre, junto a escolas estaduais do sistema educacional, se chegou a conclusão que a educação para o tempo livre não tem sido preocupação das escolas. Apesar do estudo do lazer ser do interesse de alguns professores, o sistema educacional não o incluiu ainda nas ações práticas do trabalho pedagógico; enquanto isto os professores não têm idéia sobre o que seja o lazer e não estão vendo muito claros os objetivos das escolas, em relação à abrangência social da problemática do tempo livre. (Gaelzer, 1985) .

B. DESENVOLVIMENTO

2. Uma forma de ver a Educação para o tempo livre

Na verdade não se sabe o que o futuro reserva à humanidade, ou o que o homem pretende para o futuro, em termos de sociedade. Em suas formas de agir o indivíduo está modelando uma sociedade e a educa-

ção necessariamente deve estar preocupada com isso. A educação que não projeta o futuro tem limitada a sua função. O desejo individual de transcendência, através da crítica e da análise dos problemas humanos na sociedade é imperativo dos objetivos educacionais.

Diante da informática, da automação e da cibernética se impõe que a educação apele para a criatividade e pela criatividade habilite o indivíduo a resolver problemas; a ser interessado na sua reciclagem; a descobrir novos campos de realização pessoal e a estar sempre aprendendo. Ensinar a aprender parece ser a maior função da escola.

O tempo livre é o fenômeno mais claro de refletir os valores de uma Sociedade. Analisar aqueles valores e o estilo de vida, é o primeiro passo para um diagnóstico necessário, para se estabelecer metas e objetivos para as formas de viver e para a educação. A delinqüência, por exemplo, é regulada pela qualidade de tempo livre que cada cidade dispensa e oferece à sua mocidade. As grandes forças morais e espirituais não perdem terreno nas horas de trabalho, mas naquelas nas quais os indivíduos põem à prova o uso da sua liberdade.

De maneira geral, os estudiosos do lazer não atendem àqueles que, na leitura do tema, procuram receitas prontas para o uso do seu tempo mas, correspondem ao interesse daqueles que se preocupam em imprimir a expressão criadora às múltiplas manifestações da ação educativa ou mesmo à liberdade do seu próprio lazer. A dimensão da liberdade individual no lazer transpassa todas as barreiras da dependência possível, oferecida por qualquer sistema e metodologia; entretanto, cria o compromisso da crítica e da reflexão sobre as conseqüências dos atos assumidos naquela liberdade.

Não se pode negar que a sociedade atual estimula a competição e que cedo ou tarde se aprenderá sobre ela. Mas o conceito de competir deveria incluir a consciência de que a vida pode ser mais rica e profunda, se houver a cooperação e a solidariedade, num processo de sobrevivência social. Neste processo o indivíduo deve estar consciente de seus valores próprios e recursos. O estímulo que instiga o educando à superação de si mesmo cria oportunidades de auto-avaliação que lhe servirão como ponto de partida para realizar seu esforço. Em relação a isso ele poderá medir o seu progresso.

Consciência individual, quer se refletir, ao que afirma Schumacher (1973), "é o centro no qual a pessoa forma para si um sistema de valores; ordena idéias acerca de si própria e do mundo; é o impulso que regula a direção de seus anseios e opções e do qual nascem as suas decisões". Nesta perspectiva a educação seria o processo contínuo de desenvolvimento da consciência individual e social.

A missão precípua da educação é transmitir idéias de valor e indicar caminhos sobre o que fazer com a vida. A menos que os países em desenvolvimento se eduquem com sabedoria, sabendo usar a sensibilidade e a imaginação, os desenvolvidos seguirão se saindo muito melhor na qualidade de vida que escolheram para eles.

Quando se clama por uma melhor educação se está referindo a algo mais do que realizar uma instrução e ou treinamento para o trabalho. O que se está realmente buscando, são idéias e valores que tornem o mundo e a vida compreensíveis para as pessoas, e que elas encontrem significado para o que fazem no trabalho e no tempo livre.

Onde mais se revela a desinteriorização do homem moderno é no adormecimento das suas forças de expressão criadora e na perda da sua inquietude metafísica e filosófica. Uma das características da sociedade industrial é a perda da identidade individual. A pessoa deixa de ser ela mesma para perder-se no processo numérico e racionalizado da desinteriorização, sugerido pelos valores extrínsecos da automação e da padronização. De certa maneira, se pode atribuir o desprezo à análise dos valores e à reflexão, no processo educativo, ao fato do caráter desqualificado da vida, na sociedade tecnológica, na qual se interpreta o mundo sob o ponto de vista estritamente racional e utilitário.

Neste processo, a vontade orientada para os valores quantitativos é uma definida vontade de domínio e, segue uma direção oposta aos valores intrínsecos de interioridade individual. Estimula a alienação e propõe a formação do homem-massa, despersonalizado e de ações diluídas pela irresponsabilidade.

O prazer físico é considerado também outra característica da sociedade industrial. Talvez por isto tenha havido a acentuada propagação do sexo e a difusão do uso do tóxico. É a chamada sociedade quantitativa, que imprime um espírito competitivo e apressado, no qual ao indivíduo não é permitido olhar ao seu redor nem ao seu interior; ele se entrega ao culto da velocidade, num estilo impressionista de viver, caracterizado pela mudança brusca de impressões superficiais sem reflexão e interioridade.

A perda da identidade cultural caracteriza também a sociedade industrial. O homem se comporta segundo, a maneira pela qual a sua cultura o preparou e ensinou, a herança genética que recebeu e, segundo algo mais que compõe a sua espiritualidade e que o torna único, indivíduo e unidade em aperfeiçoamento. A padronização favorece a produção e o consumo mas, estabelece padrões e modelos que desrespeitam a identidade cultural. Aquele que manifesta originalidade pessoal e criatividade, na sociedade de massa, passa a ser ridicularizado e a cultura regional comercializada.

A compreensão de se ver o indivíduo como um todo, inserido em sua cultura original inclui a necessidade de se reconhecer o despreparo

de muitos profissionais do lazer, para enfrentar as diferenças culturais da população, no manejo com comunidades. Por outro lado, pouco se sabe sobre o lazer, no que diz respeito à preservação cultural de determinadas regiões. Problemas de pesquisa poderiam sugerir estudos com as seguintes questões: Será que na atual proposta do lazer de massa, a individualidade estará sendo respeitada? Será que os valores dominantes da cultura estão refletidos no uso diferenciado do tempo livre?

Isto indica que o conhecimento sistemático do indivíduo, como uma unidade é necessário, a fim de se identificar também os fatores sócio-culturais implicados na dinâmica do processo social; estes fatores afetam os padrões de lazer, o estilo de vida, os valores e os objetivos dos programas de lazer, frente as mudanças sociais. O indivíduo integral, produto da educação que se concebe, não terá dúvidas em torno de suas convicções básicas, dos seus valores e da sua opinião ao sentido, é a finalidade da própria vida.

C. CONCLUSÃO

3. O Lazer na mudança Social

Em virtude da complexidade do comportamento humano, causada pelos antecedentes individuais e sociais, o lazer como manifestação de liberdade no tempo livre, tem sido estudado sob vários enfoques. No ponto de vista deste trabalho, o estudo do lazer deve estar apoiado na compreensão dos fenômenos psicológicos, sociológicos e culturais, relacionados entre si, numa aproximação psicossocial.

A busca de novas teorias sobre o comportamento no lazer e, as suas relações com a educação para uma sociedade em mudança, poderia auxiliar no esforço da investigação, no sentido de descoberta de novas metodologias para o ensino, que viessem solucionar os problemas levantados, aplicados à atual realidade cultural do país. Poderia ainda aperfeiçoar e enriquecer a qualidade do lazer e permitir que a atuação dos profissionais, do ensino formal e, ou do lazer, fosse uma vivência com descobertas relevantes e estimuladoras.

A integração de várias ciências, assim como o trabalho interdisciplinar são necessários à fundamentação do estudo sobre o comportamento no lazer.

Neste processo educativo o papel do profissional do lazer, como educador, estabelece um ambiente pensado e crítico onde todos buscam juntos, na comunidade, "o que", "porque" e "como" aprender, considerando o indivíduo como um "todo", inserido em sua cultura ori-

ginal. Desta forma, o conhecimento se revela na seleção de valores que devem ser legitimados em uma sociedade em transformação.

Nesta situação os profissionais da educação para o tempo livre, são também intelectuais políticos que, através da investigação, obtêm a capacidade de identificar os problemas sociais e humanos, servem ao interesse emancipador dos indivíduos, buscam elevar o nível de aspiração afetiva, cultural e intelectual, considerando a liberdade de criar de tanta importância quanto a liberdade de trabalhar.

Diante da complexidade social, dos valores predominantes nesta sociedade e, da perda da identidade cultural de grupos sociais, o profissional do lazer, fazendo ciência, é o educador que na comunidade e com a comunidade repensa a história, contextualiza as suas funções e, estabelece relações entre o seu trabalho e a necessidade de transformação social, com vistas ao aprimoramento das pessoas, em todas as idades. (Gaelzer, 1986).

Para a solução do problema de dispersão de escolas e das rivalidades teóricas, entre os estudiosos do lazer, parece ser necessário aumentar as bases de referências do estudo, o conhecimento, reconhecer a importância da integração de projetos na área.

Na medida em que se integram as pesquisas com criatividade e originalidade, se debatam novas teorias, o lazer será melhor compreendido e, será desenvolvido como uma ciência que fundamenta e auxilia, no processo das mudanças sociais e na liberdade do tempo livre da população.

D. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAELIZER, Lenea. **Lazer bênção ou maldição?** Porto Alegre, Sulina, 1979.

_____ **Ensaio à liberdade, uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre.** Porto Alegre, Luzzatto, 1985.

_____ **O comportamento no Lazer.** Porto Alegre, UFRGS, 1986.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno.** São Paulo. Círculo do Livro, 1973.

A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO LAZER

Norma Felicidade Lopes da Silva
IAC/PUCCAMP

Este trabalho pretende analisar o lazer — no aspecto de divertimento e interesse social — como sendo um instrumento de manutenção da dominação capitalista, resultante da dominação ideológica que nos compele a aceitar e reproduzir o sistema autoritário.

O lazer funcional, como um conjunto de atividades em que o homem se desliga das relações de produção e da fadiga psicomental, através do divertimento e do convívio social-informal, seria, em tese, uma compensação da monotonia do trabalho diário, à medida em que rompe com este. Da mesma forma, se, cotidianamente, o homem sofre a despersonalização das tarefas profissionais, o momento de lazer propiciaria a liberação de sua capacidade criadora, a despeito das obrigações institucionais.

Contudo, tal liberação não se constata na realidade concreta, pois que o homem sofre incessantemente condicionamentos sócio-econômicos e culturais, que passa pelo consumo de massa, pela estrutura de classes, próprias dos descaminhos da nossa civilização.

O lazer funcional, tal como se dá nos dias de hoje, tem sido o espaço onde se cultiva os valores do sistema capitalista; onde a liberação se tornou uma falácia ante à fragmentação do homem; fragmentação esta que impossibilita a inventividade e obstaculiza o lazer/ prazer.

A resposta do sistema à fragmentação do homem que ele gera, está em ofertar bens de consumo, estimulando os consumidores e, se necessário, disvirtuando-lhes a primitiva essência no sentido de uma transformação em objetos de mercado.

Nisto, o lazer funcional tem sido um grande negócio, fonte de alta rentabilidade financeira e de difusão ideológica do autoritarismo.

O homem, com a divisão social do trabalho, ficou reduzido à categoria de subproduto mecanizado, sem possibilidade de desenvolver suas próprias faculdades. O trabalho tornou-se alienado, e o homem se viu cerceado em sua criatividade, sentimentos e raciocínio. O simples apertar de botões não deu nenhuma medida de progresso individual, mas permitiu a produção em massa, de baixo custo. Logo, se o aumento da produção de massa permitiu, nos centros urbanos, a elevação do padrão de vida material do homem, não houve em correspondência, a elevação de sua consciência em relação à realidade que o cerca.

Ao contrário, os efeitos do que ocorre na esfera da produção são visíveis em todos os mecanismos de poder social: há novas formas de coerção para novas formas de autoridade do capital sobre o trabalho.

Nos centros urbanos, o capitalismo está à espreita dos mitos, rituais, dos desejos íntimos do homem, corporificando-os, tornando concreta sua felicidade: concreta, patenteada, regulamentada, institucionalizada, pronta para o consumo. Não importa se tradicionais ou moderníssimas, todas as correntes encontram receptividade por parte do sistema. O **marketing** lança sua rede e colhe, na sociedade, valores e mentalidades que, adaptadas, se põem a serviço da lucratividade dos setores da indústria, do comércio, etc. O estilo romântico e o pós-moderno são marcas que vendem como maneiras de pensar e agir.

Sistematicamente, o lazer funcional tem sido desfrutado na propriedade do outro, dando retorno ao investimento do outro, nos bares, motéis, clubes do outro. Se, por um lado, os clubes das empresas oferecem a seus funcionários espaço para o alívio das tensões causadas pela vida sedentária; por outro, utiliza esse mesmo espaço para introjetar no empregado os valores do empregador. Tanto mais o espaço do entretenimento é aberto, quanto mais o empregado propiciar o ganho do capital.

Outro exemplo está nos esportes. Aqui, a difusão ideológica do nacionalismo ou regionalismo — conforme o momento —, é clara: a população se põe a torcer pelo simbólico combate de suas superioridades, representadas por seus campeões, seus mitos. Como se os patrocinadores inexistissem, como se os mesmos não controlassem essa superioridade, seja ela real ou fictícia.

A massificação desses tipos de lazer atinge a toda a gente por igual, pela mera capacidade aquisitiva, que por qualquer gênero de especialização cultural ou social. O fluxo de mercadorias e serviços chega ao consumidor final como algo que ele supostamente tivesse reivindicado.

Assim, as relações econômicas passam a permear as relações sociais.

Não se faz mais o que se gosta, se isso também não significar uma demanda de produtos, no consumo de roupas e equipamentos na prática do esporte preferido (aquele que é "in"); em freqüentar lugares badalados, no investimento da imagem pessoal perante o grupo.

Neste aspecto, os momentos de lazer têm sido os momentos de busca da mobilidade social, no arranjo de associações afetivas e informais com aqueles que demonstram maior capacidade aquisitiva, visando, a curto prazo, a ascensão social. O Grupo informal, que, supostamente, permitiria a descontração social, induz o homem à melhoria de sua "qualidade de vida", o que implica em manter-se a neurose consumista como pressuposto da não-marginalização social.

Em assim sendo, a confraternização de amigos transforma-se em sessão de fiscalização de consumo. No entanto, este rígido esquema de controle ideológico, em que o homem se vê reduzido a mero consumidor, não é fácil de ser desestruturado, tendo em vista que os aspectos motivacionais do homem foram percebidos e coordenados pelo sistema exatamente para manter esse estado de coisas.

Nesse contexto, o homem se põe a buscar sua felicidade, preocupando-se, porém, com a manutenção de seu *status* como premissa para aquela. Não se preocupa em buscar coisas simples e gratuitas; não se preocupa em recuperar a posse de si mesmo. Nem pode. Isolado, o homem não tem qualquer possibilidade face a sociedade capitalista, posto que caiu no risco de ser coisificado e foi submetido aos ditames da lei de mercado. Contudo, ao integrar-se num grupo, renunciou à liberdade pessoal em favor da atividade coletiva, tão controlável quanto a primeira.

Logo, o lazer, como automática liberação de tempo livre, para o divertimento ou descanso, é imprescindível para suportar o ritmo de vida imposto ao trabalhador; porém, não significa que, com isto, o mesmo esteja liberto das amarras da moderna sociedade industrial, do consumo do supérfluo, do obsoletismo planejado, da renúncia da satisfação imediata em nome do progresso, em nome da liberdade retórica do mundo capitalista.

A civilização urbano-industrial é marcada pelo ideário de liberdade, cuja realização se daria pela automação do trabalho e o advento da informática, possibilitando ao homem um espaço ilimitado para a sua criatividade e domínio sobre sua própria vida. Contudo, este ideário liberal-burguês trouxe em seu bojo a ilimitação do consumo como pressuposto para a felicidade; ou seja, o progresso econômico e tecnológico pôs em risco a autonomia do homem ante a busca de satisfação, porquanto esta só poderia se dar no estreito caminho em que os grupos econômicos manipulam os gostos e desejos, através da comunicação de massa.

Assim, o capitalismo moderno leva em consideração essa ilusão de felicidade, propagando o conceito de que ela deve ser buscada no meio onde vigoram as relações econômicas e sociais, e não uma busca internalizada no próprio eu. Ou seja, os momentos que o homem teria para buscar a sua felicidade (teoricamente longe do trabalho, nos momentos de lazer) o colocaria objetivamente longe de si mesmo e das relações de produção (do trabalho rotinizado); porém, sustentador do sistema à medida em que, neste espaço de tempo, se põem a consumir os bens por ele gerado.

Logo, não haveria contradição real no comportamento do homem laborioso e do ocioso, pois que seriam facetas opostas do mesmo homem num mesmo sistema. Como diz Erich Fromm, "apenas trabalho obsessivo enlouqueceria as pessoas, tanto quanto o fario ociosidade completa. Com a combinação, uma coisa e outra podem coexistir. Além

disso, ambas essas atitudes contraditórias correspondem a uma necessidade econômica: o capitalismo do século XX baseia-se tanto no máximo consumo de bens e serviços produzidos, quanto na equipe de trabalho rotinizado".¹

Ao que parece, o homem nunca está fora do sistema. Se esse sistema não determina efetivamente todas as faces do comportamento individual, se existe uma margem para a transformação e a crítica — fontes da evolução pessoal —; por outro lado, ao contactar com o meio social, cujas normas são rigorosas e a fiscalização formal/informal, eficaz, o homem entra num estado de angústia no confronto de duas de suas necessidades primordiais: a satisfação pessoal versus convívio social. A primeira, pressupõe libertar-se das determinações do meio relevando das determinações internas do prazer não postergável. O segundo, pressupõe a internalização de um sem número de ideologias que asseguram o sistema capitalista ao assegurar a não marginalização social.

Na resolução dessa angústia, a opção, não raro, recai sobre a segunda possibilidade. Destarte, a renúncia da satisfação imediata gera um vazio, uma solidão interior, que é redirigida para a busca da satisfação em relacionar-se com o meio circundante, onde o estímulo ideológico está em ganhar dinheiro, em vencer na vida, em consumir o máximo de bens disponível no mercado.

Para consolidar a neurose consumista, é montado o aparato jurídico-político e ideológico do Estado, que submete o homem a agir conforme os preceitos capitalistas, como condição da sua normalidade psíquica e social.

Por isso, não se pode falar em lazer fora de um contexto onde recai as teias da dominação capitalista. A dimensão dessa dominação incorpora a auto-imagem pessoal partindo da prática social, cujo efeito na sociedade capitalista está em legitimá-la permanentemente, mantendo-se, assim, as inovações constantes, a produção ilimitadas, etc. De nada valeria a geração de uma necessidade artificial sem que houvesse a compulsão individual ao consumo, forçada, ainda, pela pressão do meio, institucionalizando a estratificação social, dando parâmetros para a cidadania e a marginalidade, a normalidade e a loucura.

Dáí, se o lazer é uma forma de gratificação que o sistema oferece aos homens, isso não lhe custa objetivamente nada. Ao contrário, se torna condição de sua sobrevivência e perpetuação.

À medida em que o homem não consegue transcender a esse contexto e se vê fragmentado na sua existência concreta, sofrendo a domesticação de seus instintos, ele não começa, como é de se supor, a figurar como uma ameaça ao sistema. Como Marcuse assinalou existe "um oculto elo inconsciente que vincula os oprimidos a seus opressores, os

soldados a seus generais, os indivíduos a seus senhores",² em nome da manutenção da "segurança" e da "felicidade" individual.

Logo, se o capitalismo tem por base a propriedade privada, a luta pela posse se torna condição de existência do homem dentro do sistema. Na luta pela conquista de bens o homem sobrevive e destrói-se, contribuindo no aperfeiçoamento da máquina econômica que o subjuga. A ética capitalista é aquela em que os números e cifras justificam genocídios, como também justificam a escuridão mental dos indivíduos, em que cada homem representa uma quantidade, em que o espírito burocrático prevalece sobre o humanista, fruto da racionalidade econômica e científica do nosso século.

O lazer, portanto, não fugiria a essa patologia social do consumismo, em que o homem se aliena cada vez em que tenta garantir o seu bem estar. Que bem estar? O possuir.

Fromm demonstrou que "como lazer, automóveis, viagens, televisão, sexo, etc., são os principais objetos atuais de consumismo"; e ainda que o lazer moderno "é uma fonte de ter e talvez a mais importante da atual sociedade abastada industrial. Consumir apresenta qualidades ambíguas: alivia a ansiedade, porque o que se tem não pode ser tirado; mas exige que se consuma cada vez mais, porque o consumo anterior logo perde a sua característica de satisfação".³

Desta forma, o lazer funcional, tão difundido hoje nos centros urbanos, nos serve como alívio das tensões e no reestabelecimento do equilíbrio físico e psíquico, mas não como rompimento dos acordos tácitos com o grande capital.

Hoje, o lazer serve como meio de permanente reconciliação do homem com o sistema capitalista, com o mundo do trabalho; reconciliação dolorosa que distancia o homem da consciência de sua realidade, na caminhada em busca do lazer/prazer, na busca da essência de sua humanidade.

A consecução de um certo bem estar a nível das necessidades vitais não basta; é preciso, além disso, tornar a vida um todo, no qual nada cerceie as possibilidades de desenvolvimento humano.

Notas:

(1) Erich FROMM, *Ter ou Ser*, Rio, Ed. Zahar, 3ª ed., 1980, p. 27.

(2) Herbert MARCUSE, *Eros e Civilização*, Rio, Ed. Zahar, 7ª ed., 1980, p. 299.

(3) Erich FROMM, *op. cit.*, p. 45.

DOMINGO NA PRAIA

a dimensão simbólica do lazer popular

Carmen Cinira de Andrade Macedo

USP- e PUC-SP (Dep. Antropologia)

Luis Cláudio Mendonça Figueiredo

USP e PUC-SP (Dep. Psicologia).

Sombra e água fresca. Eis, freqüentemente, apontado o ideal de vida de muita gente. Em contraposição, a constante desvalorização do trabalho. Nada a estranhar quando se trata de uma parcela da população cuja existência é marcada pela rotina de trabalhar duro, em más condições, exercendo atividades nas quais não vê nenhum sentido maior e, mais que nada, ganhando muito pouco. Esse ganhar pouco define, entretanto, a dificuldade de usufruir, sem maiores preocupações, a desejada sombra e a conseqüente água.

Para as classes populares, a vida é dura, cheia de sacrifícios e requer muita luta. Mas a experiência do povo é marcada por uma estranha capacidade de retirar das agruras uma perene alegria, que se projeta em esforços de, pelo menos de vez em quando, divertir-se e criar circuitos de felicidade. Da festa, enfim. De um pouco de sombra e de água fresca.

*

Quando se procura compreender a dinâmica cultural na sociedade moderna, é preciso levar em conta que heterogeneidade dos estilos de vida se refere à estrutura de classes, porém essa determinação não se configura de forma mecânica. Para compreender de que forma se desenvolve a vivência das condições de classe, é sempre preciso ter presente que as práticas sociais são multidimensionais e que as relações entre os homens estão de tal forma mediatizadas pelo imaginário que este é um elemento básico constitutivo das condutas. Em outras palavras, é preciso levar em conta as condições objetivas de existência dos homens tanto quanto perceber de que forma se constituem as relações imaginárias entre eles e essas condições objetivas. As representações são, assim, um aspecto básico da vida concreta e a cultura não é um aspecto da realidade social, mas um elemento estruturante da mesma.

O estudo do lazer configura-se, nessa perspectiva, como relevante para entender o processo de diferenciação que constantemente re-

produz a desigualdade entre os vários grupos que compõem a sociedade. É um aspecto da vivência e uma mediação importante para entender os mecanismos estruturais. Referido ao trabalho, o lazer pode ser pensado como componente da esfera do consumo e as formas de ocupação desse tempo acabam sendo reveladoras de facetas importantes das regras do poder.

*

No presente trabalho, pretende-se realizar uma caracterização básica do lazer da população de baixa-renda, no litoral paulista, procurando demonstrar que o padrão de ocupação da praia envolve formas concorrentes que estão referidas de **um certo modo** à estruturação urbana e refletem a transfiguração da praia-natureza em praia-universo da cultura¹.

Numa perspectiva teórica mais ampla considera-se importante compreender como, no circuito do lazer, estão presentes os mecanismos da reprodução de um sistema social em que impera a desigualdade. Interessa enfocar essa fatia de vida social, desvendando as mediações reveladoras de uma experiência em que se manifestam determinações inerentes à estrutura de uma sociedade de classes.

Ao se procurar levar em conta as características do turismo de massa, é importante ter presente a relação que se estabelece entre o padrão de desenvolvimento urbano e a existência das praias propriamente ditas. É a presença das praias que faz com que algumas cidades tenham o seu desenvolvimento atrelado ao fenômeno "turismo". Em outras palavras, uma parcela considerável da atividade econômica destas cidades depende das "temporadas", ou seja, daqueles períodos do ano em que a população aumenta sensivelmente, alterando por completo a vida urbana.

Nessas circunstâncias, uma parte significativa da população permanente depende dessa população móvel para obter os recursos necessários à sua sobrevivência. De fato, não são os moradores que efetivamente se tornam "donos" da cidade. Quando chegam os turistas, eles se apropriam dos espaços e fazem com que a vida da cidade gire em torno deles.

Nesse contexto, é preciso ter presente que a praia é sempre algo mais que um cenário de beleza natural. Praia é terra e, sendo o elemento-chave do turismo, passa a ter preço, a ser fonte de riqueza. Os terrenos próximos às praias são valorizados e as periferias, no caso, são os terrenos distantes das praias. A abertura de avenidas ou a própria estrada tende a representar uma espécie de marco que separa as zonas valorizadas da periferia pobre. Há, também, uma diferenciação entre as praias. Há "praias" e "praias" e o critério da hierarquia é dado pelo fato de que a estrutura da sociedade se projeta sobre elas de tal modo que a diferenciação natural existente se sobrepõe uma valorização que tanto define como é definida pela sua ocupação por representantes de diferentes classes

sociais. Tende, a ocorrer, ainda, uma certa hierarquização das próprias cidades em função do que seja o padrão social dos grupos que aí predominem. Ocorre, nesse sentido, uma freqüente mobilização por parte dos próprios governos e elites locais no sentido de atrair turistas de melhor condição social, pelo que isso possa representar em termos do desenvolvimento dessas cidades. Conta, então, a possibilidade de captar recursos e também um certo quadro simbólico em que se projeta uma hierarquização das próprias cidades como "melhores" ou "piores", dependendo do estilo que adquirem e que resulta do tipo de população que predominantemente delas se apropria.

Há, em síntese, uma divisão não-aleatória em que as melhores praias estão sendo reservadas àqueles turistas que as populações locais, detentoras de poder de decisão, consideram capazes de valorizar as cidades. Em contrapartida, as praias ocupadas por moradores permanentes pobres, ou turistas de menor poder aquisitivo, as praias que oferecem piores condições de banho, as praias mais afastadas dos centros urbanos e do turismo rico e as praias menos ocupadas ou desertas são selecionadas para abrigar os turistas de baixa renda. A ocupação dos espaços é, portanto, reveladora de uma diferenciação que, simultaneamente, hierarquiza as praias e seus freqüentadores.

Assim sendo, burguesia e proletariado, ricos e pobres, "gente fina" e "farofeiros", enquanto categorias sociais, constroem-se **também** no modo como viajam e se instalam em seus locais de lazer.

Isso posto, pode-se passar à descrição dos processos envolvidos na estratégia do lazer de massa e das reações por ela produzidas nas populações locais.

ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA das Excursões

A montagem de uma excursão turística pressupõe a iniciativa de um organizador que costuma ser movido pelo próprio interesse na viagem e que descobre que a via para satisfazer este desejo implica na criação de uma forma coletiva de lazer.

Na maioria das vezes, o organizador da excursão é um dos turistas que entra em contato com uma empresa de transportes, retira um talão de passagens no número exato para o preenchimento das vagas de um ônibus e, durante um período que pode variar de algumas semanas a vários meses, se esforça para vendê-los.

Somando-se o tempo de vendas e o intervalo entre a entrega do dinheiro e o dia da viagem, há excursões que chegam a levar 8 meses para serem plenamente organizadas e realizadas.

Embora não se defina desde o início o dia certo da excursão, desde o começo das vendas é definida uma época e, aproximadamente, um destino. No entanto, as opções por uma ou outra praia, muitas vezes precisam ser tomadas durante a viagem, inclusive porque a proibição de estacionar em certas áreas obriga a mudanças de última hora. Na verdade, atualmente muitas praias e em certos casos todas as de uma cidade exibem placas proibindo o estacionamento de ônibus; veículos das prefeituras e da polícia fiscalizam e desalojam excursões e há relatos de ônibus que levam mais de uma hora procurando um local de desembarque.

Todo o trabalho de divulgação e vendas de passagens é feito através das redes locais de amizade que reúnem moradores de um mesmo bairro (ou de uma pequena cidade), operários de uma mesma indústria, funcionários de uma mesma firma comercial, fiéis de uma mesma igreja ou companheiros de um mesmo clube. No centro destas redes costumam estar pessoas unidas por laços de parentesco. Trata-se, assim, de um trabalho de organização quase artesanal em que as relações diretas entre os membros da excursão são decisivas.

Na verdade, a participação numa excursão obriga o turista de baixa renda a um certo planejamento e uma poupança que não se efetivam no prazo e semanas, mas, que na melhor das hipóteses, levam de um a vários meses. Em conseqüência, vale a pena chamar a atenção para o seguinte aspecto: uma atividade que requer planejamentos, gastos e compromissos de longo prazo, que exige, como se verá à frente, um razoável dispêndio de energias e uma certa dose de sacrifícios, obriga o excursionista a tirar o maior proveito possível deste dia que não se repetirá tão cedo. Estamos, assim, sugerindo que o conjunto de obstáculos a serem transpostos na montagem e participação de uma excursão colaboram para os "excessos" que são freqüentemente denunciados no comportamento do "faro-feiro". Estes "excessos" seriam, talvez, o resultado de se concentrar num único dia toda a exigência de retorno, todas as expectativas de prazer tão pacientemente e trabalhosamente elaboradas.

Os que se filiaram ao grupo de excursionistas costumam, nos dias imediatamente anteriores às viagens, cotizarem-se para a compra dos gêneros alimentícios e bebidas que serão levados para a praia. Algumas das pessoas se encarregam das compras e da feitura das refeições. Cria-se, assim, dentro das excursões um núcleo de turistas organizados em torno de uma refeição planejada, preparada e a ser consumida coletivamente. Em muitos casos, organiza-se também a "batucada", ou seja, o transporte de instrumentos musicais, principalmente de percussão. Algumas excursões, finalmente, organizam-se para levar seus "artistas", violeiros e sanfoneiros que são convidados e viajam gratuitamente, tendo suas despesas cobertas pelo grupo. Tudo isso torna as excursões, em grande medida, autosuficientes em relação ao comércio do local para onde se dirigem.

De todo este processo fica claro que o ônibus de excursão não conduz turistas individuais mas uma coletividade que se organiza e, em parte, se auto-administra como única forma de ampliar suas possibilidades de lazer.

As excursões começam no sábado de noite, ou mais raramente, na madrugada de domingo. Inicia-se, então, uma viagem que pode levar de duas horas, no mínimo, até 10 ou mais horas, quando as excursões vêm de outros Estados ou do Oeste de São Paulo. A partir das 4 horas da manhã e, principalmente entre as 5h30min e às 7 horas, grande parte das excursões chega a seus destinos, horários em que as populações locais ainda estão dormindo, em que não há comércio aberto, em que os raros salva-vidas ainda não estão ocupando seus postos e em que não há policiamento de espécie alguma. A chegada é uma verdadeira folia: os primeiros minutos e horas na praia são os mais divertidos e bem aproveitados. É o encontro com a água (e alguns perdem a vida neste encontro), com o espaço amplo e totalmente desocupado da praia.

Em sua maioria, os excursionistas saem na direção da praia e das atividades de lazer "farofeiro", como o proverbial espojamento na areia, correias, jogos e algazarras. É intensa desde a madrugada a ingestão de bebidas alcoólicas, acompanhando o "tomar sol", o "paquerar", "olhar", "fazer amizades novas" e intercaladas por entradas na água e jogos de bola (para os homens). Pessoas de idade dedicam-se desde cedo a atividades contemplativas como "olhar o mar", "olhar a praia", "olhar as crianças se divertindo", etc. Mais tarde, vem a hora de cantar e batucar e nesse momento cresce o consumo da cerveja. Depois, a hora de comer "uma refeição de verdade" — e não apenas petiscos e guloseimas. Às vezes, mesmo antes de comer e ainda mais freqüentemente logo depois da refeição, vem a hora em que se vêem na areia homens e mulheres, indistintamente, derrubados pelo calor, pelo cansaço e pelo álcool. Muitos programam-se melhor para este descanso, procurando uma sombra de árvore ou deitando-se nas sombras dos ônibus.

Todas as atividades de lazer disponíveis aos excursionistas ocorrem na praia e nas suas imediações, particularmente nas áreas de estacionamento dos ônibus e nas barracas e bares da orla marítima. Passear pelo resto da cidade ou por outras praias são atividades impraticáveis, dada a carência de transporte; os ônibus de excursão não estão autorizados pelas empresas a conduzir os passageiros em passeios turísticos.

O dia, que começou tão cedo, acaba também muito cedo: por volta das 15h as excursões começam a retornar às suas origens.

Para grande parte dos turistas de baixa renda a participação em excursões, embora não seja muito freqüente, não é um acontecimento único e irrepelível. Nos que já repetiram a experiência, percebe-se o alto valor que atribuem à participação em muitas excursões e para os locais mais distantes e variados. Além da experiência própria, que se vai repetin-

do ao longo dos meses e anos, o turista de excursão convive (durante a viagem e nos seus locais de moradia e trabalho) com outras pessoas que já foram aos mesmos e a outros lugares.

No conjunto, gera-se uma espécie de experiência genérica do turismo de massa, um conhecimento compartilhado e disseminado entre os excursionistas, se os vizinhos, parentes e colegas. Esta experiência é bem mais rica e mais ampla do que as experiências de primeira mão de cada turista em particular e correspondem ao que, num certo sentido, seria uma espécie de "cultura da farofa".

O dia na praia não decorre, porém, sem que inúmeros problemas emergam, seja ao lado dos excursionistas, seja do lado da população local. Do ponto de vista do turista, os problemas mais sérios derivam da falta de condições básicas: faltam água potável, equipamentos sanitários, chuveiros e, quando existem, são oferecidos em quantidades insuficientes e por particulares a preços elevados. Ressentem-se, também, da falta de sombras e os turistas de primeira viagem queixam-se da falta de informações sobre as alternativas turísticas da região e sobre os recursos de que podem dispor.

O esquema da auto-suficiência gera uma dependência dos excursionistas em relação ao ônibus que passa a ser a sede da excursão, local em que trocam de roupa, guardam a comida, descansam e dormem. O turista sente-se muitas vezes fraudado em suas expectativas de lazer pela falta de condições mínimas de acolhimento e pela ausência de alternativas de lazer mais "movimentado" e também revoltado pela discriminação de que se sente alvo.

A procura de movimento não se refere apenas à diversificação do lazer mas à quantidade de gente na areia e no mar, o que pode parecer curioso do ponto de vista das classes abastadas, sempre atrás de praias desertas e sossegadas.

É esta agitação, ou "bagunça" como muitos dizem, que parece estar associada à idéia de festa e divertimento. Por isso, ao lado da busca de condições mínimas de infra-estrutura e acolhimento, as excursões preferem desembarcar em praias habitadas e ocupadas, se possível próximas ou dentro das áreas urbanas de cada município, o que, naturalmente, as coloca em choque com os interesses dos moradores e turistas de temporada.

É importante reconhecer que a presença das classes populares nas praias só pode ser compreendida num sentido mais amplo desde que se procure verificar os elos que se estabelecem entre essas e os outros segmentos da sociedade, nesse espaço específico. Quando a distância entre esses grupos se rompe e, de repente, todos parecem se encontrar no espaço comum e democrático da praia, desencadeia-se imediatamente um processo de distinções e de produção de segregações que re-produzem o necessário distanciamento para que **cada um ocupe o seu devido lugar.**

Nessa medida, é importante verificar, inicialmente, como as classes populares são vistas pelos outros freqüentadores das praias, e dos moradores mais diretamente interessados na questão da freqüência às praias.

É possível identificar três estilos de fala que correspondem às várias imagens que se tem do "farofeiro".

Temos, em primeiro lugar, a fala condenatória: os "farofeiros" são denunciados pela falta de modos, pela falta de respeito à propriedade alheia. São também denunciados pela falta de respeito às pessoas.

No fundo de todas as acusações está a do excesso, a do exagero. Excessos de ingestão de bebidas alcoólicas e o uso de tóxico (que é em si mesmo "excessivo", independentemente da quantidade em que é consumido), excesso de gente, excesso de porcarias, excessos, enfim, que, ao transgredirem as normas de convivência, se convertem em inconveniência e imoralidade. Entre os excessos está a ausência de respeito aos limites entre as esferas do público e do privado, que faz dos espaços abertos da praia e do mar, cozinha, banheiro e dormitório. O protótipo do "excessivo" é o "farofeiro" alcoolizado, invadindo espaços, agredindo pessoas e paisagens. Nesta fala, o "farofeiro" é caso de polícia. É exatamente essa percepção do outro como imoral e anti-social que permite a sua construção como um inimigo potencial, e passa a ser justificadora de atitudes de expulsão, segregação ou, no mínimo, de esforços de controle. O argumento é simples: "O Brasil tem tanta praia, que deve ter praia vazia para todos, a nossa é essa, a deles deve ficar mais para lá; cada macaco em seu galho".

Pode-se, também, caracterizar uma fala de receio: menos agressivo que o primeiro, este discurso revela o medo de que os "farofeiros" sejam elementos poluentes, mesmo que não sejam intencional ou intrinsecamente vandálicos. Poluem o sossego e o silêncio, com seu número e seus barulhos, poluem visualmente com sua "feitura" e "deselegância", poluem a praia e o mar com a sujeira que inevitavelmente fazem.

A fala do receio não condena o "farofeiro", mas teme que estes problemas sejam insolúveis, a menos que medidas sejam tomadas para dotar as praias de uma certa infra-estrutura e para educar o excursionista. As soluções envolvem melhoria dos serviços de atendimento local.

Há, finalmente, uma fala do interesse, muito preocupada com os problemas menos imediatos da população local: são os interesses comerciais e financeiros. No primeiro caso, temos os comerciantes que avaliam os excursionistas pela ótica dos seus negócios. Os grandes comerciantes vêem nos "farofeiros" uma praga que espanta a sua boa clientela. Os comerciantes barraqueiros e ambulantes divergem: para alguns, o "farofeiro" é fonte de problemas e de prejuízo, para outros, fonte de lucro. Para os que exploram o aluguel de cabines e chuveiros, a presença desses turistas é

fundamental. Todos tendem a se referir de modo reticente aos problemas provocados por essas pessoas. Num certo sentido, reconhecem que há entre eles os que "exageram" mas que sempre é possível exercer controle.

Uma outra forma de preocupação com interesses menos imediatos é encontrada nos depoimentos que associam a presença do "faro-feiro" ao valor dos imóveis: acredita-se, no geral, que muita excursão deprecia o local. Nenhuma destas falas exclui a profissão de fé democrático-igualitária "a praia é de todos, todos têm direito, etc."

Para alguns segmentos das populações locais, entretanto, a vinda de excursionistas de baixa renda não acarreta problemas. Ao contrário, os pobres de cada uma das estâncias balneárias, eles próprios excluídos e segregados, identificam-se com os "faro-feiros" e enfatizam o direito universal ao espaço da praia. Para além destes interesses comerciais mais imediatos, percebe-se uma expectativa de que o crescimento deste turismo traga para as cidades o "progresso". Trata-se de uma noção de "progresso" diametralmente oposta à dos que concebem estas cidades como espaços de lazer pensam o desenvolvimento das estâncias de forma a privilegiar o turismo rico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos estar agora em condições de acentuar alguns aspectos da estratégia de lazer das classes trabalhadoras, relevantes para a tipificação e constituição da identidade "faro-feira".

Trata-se, em primeiro lugar, de uma estratégia coletiva para o enfrentamento da crônica carência de recursos disponíveis para o lazer. As excursões tornam viável para o pobre o acesso a regiões e experiências antes só franqueadas aos ricos e possuidores de meios particulares de locomoção.

O organizador da excursão costuma ser o primeiro a descobrir a solução para o seu próprio desejo de viajar e distrair-se (além de eventualmente, ganhar alguns trocados). É certo, porém, que encontra à sua volta condições propícias à implementação de seu objetivo: são as redes densas e entrelaçadas de parentes, colegas e amigos que respondem ao chamado. Em outras palavras, as condições de vida e trabalho e as estratégias de sobrevivência (das classes trabalhadoras) são elas próprias facilitadoras do lazer coletivizado, na medida em que limitam as possibilidades de experiências sociais plenamente individualizadas. E o modo como a excursão se organiza e se realiza envolve a manipulação de todo um substrato da cultura popular que é um importante fator na tomada de consciência do ser pessoa e do ser coletivo. As excursões são de ônibus, isto é, um "coletivo" para todos, a comida é preparada e consumida em grupo, e no final, a própria experiência da segregação é vivida pelo grupo enquanto tal.

A excursão é um modo de reforçar os laços de camaradagem, vicinais ou de parentesco. Em acréscimo, amplia-os, permitindo o contacto entre indivíduos socialmente próximos mas pertencentes a grupos primários distintos. Finalmente, explora estes laços, ao conferir às redes sociais comunitárias a função de apoio na aventura de conhecer novas pessoas e novos ambientes. É sempre em grupo que fazem o reconhecimento dos novos locais, é em grupo que se instalam e fixam seus territórios, é sempre em grupo que se defendem física e psicologicamente das proibições e discriminações que encontram.

Dado seu caráter fundamentalmente coletivo, as excursões à praia podem ser encaradas como um esforço de produzir uma verdadeira festa. O "dia na praia" é, sem dúvida, um dia especial, no sentido de que representa a possibilidade de recuperar as energias gastas no trabalho, através de uma atividade que cria uma ruptura da rotina e, por essa via, deixa todos como que suspensos no ar. De alguma maneira, as excursões se configuram para os sujeitos como um momento de liberdade, em que podem "soltar-se", "viver a vida", "divertir-se". Como o tempo é pouco, cumpre aproveitá-lo exaustivamente e, daí, as atividades passam a ser muitas e intensas, gerando todo um conjunto que é considerado, por quem está fora, como excessivo. Essa liberdade que as pessoas desfrutam torna-as, também, iguais. Iguais na lei comum do divertimento e do prazer, sem preocupações, podendo desfrutar do tempo à sua maneira, sem estarem sujeitos a ordens, sem deverem favores a ninguém, enfim, "sem lenço e sem documento".

É importante lembrar que, enquanto festa, o "dia na praia" está marcado por um certo clima de exaltação que a torna um ritual de inversão das leis sociais que organizam a vida cotidiana. Aproxima-se, assim, de outras festas já bastante estudadas por antropólogos. Esse clima da festa é um importante fator na construção dessa identidade de turista pobre. É através da festa, na produção da mesma, que as pessoas se unem e a dimensão do coletivo se constrói.

A festa envolve uma dimensão de sacralidade, responsável pela forma como se manifesta e pela riqueza de virtualidades que contém. Um aspecto importante desse ritual é o consumo intenso de bebidas alcóolicas. O consumo exagerado de álcool, passa a fazer sentido quando se cria todo um estado mental de euforia que permite uma condição de estar fora do mundo. De um lado, o álcool contribui para uma espécie de dissolução dos limites do "eu". É, assim, propiciador de uma maior integração coletiva, de uma predisposição maior à "comunhão". Por essa via, representa um certo esforço de recuperar um estado de ser no mundo, ainda mais quando o que se verifica é um verdadeiro processo coletivo de embebedar-se na praia, quase como uma regra ou costume obrigatório. Afinal, para aqueles que não vêem muitas perspectivas de realização na vida rotineira, a em-

briaguês pode surgir como uma possibilidade de enfrentar transitóriamente a própria questão do desencantamento do mundo.

Desse modo, a rebel-dia na praia acaba sendo um momento de desordem que, se é uma explicitação de insatisfações e tem um potencial desagregador, acaba por propiciar a recondução a ordem estabelecida, uma vez que — ao término do dia — todos devem “voltar a si”. Assim, se a “orgia” é de cunho religioso e cria a comunhão geradora de identidade, a ruptura da ordem é um momento para a recuperação seguinte da mesma ordem. Isso só deixará de ocorrer quando o potencial mobilizador dessa invasão puder se encaminhar para uma reivindicação mais precisa de seus direitos de ocupação do território praiano o que, também, só ocorrerá em função dos excessos daqueles que, considerando-se “senhores das praias”, abusam do seu poder de expulsar os turistas pobres para lugares mais distantes e desertos e que pretendem cortar os direitos daqueles que são tidos como incapazes de conviver com os outros e que acusados de condutas anti-sociais, são convertidos em seres inferiores, “essa gente”, “esse povo”, “essa raça”, a “massa”, enfim.

A “identidade farofeira” resulta assim, de um processo em que o reconhecimento de um nós, de um circuito de iguais, resulta de vários tipos de confrontos com outros, que procuram controlar o acesso às praias monopolizando espaços para si. Cabe lembrar que essa visão de si próprios como “farofeiros” já resulta da incorporação de uma perspectiva externa. Ao se auto-designarem como tal, os “farofeiros” expressam a percepção de que estão sendo discriminados e, freqüentemente, recusam o estigma. Entre eles, a categoria básica é a da “turma”, visão interna a que se contrapõe a visão externa e depreciativa.

É na perspectiva da discriminação e da segregação que a “festa na praia” deixa de ser um mero ritual de inversão da ordem e passa a se configurar como um movimento social, apoiado numa identidade “farofeira” compartilhada por essa multidão de turistas pobres em seus ônibus. Se a festa põe em causa o cotidiano da subordinação, e essa é uma experiência de grupo, ela acaba necessariamente por se politizar, embora seja em princípio um movimento não-político.

Três aspectos distintos precisam, portanto, ser levados em consideração nesse movimento. Em primeiro lugar, o reconhecimento, pelos excursionistas, do seu direito ao lazer e à praia, com a exigência de que a lei seja garantida. Em segundo lugar, o fato de que isso representa um potencial de ameaças aos “direitos” dos outros turistas, que passam a constituir um circuito de reivindicações as quais surgem como esforço de preservar a natureza ou de defender a ordem e os bons costumes. Cria-se, assim, um imaginário de mocinhos e bandidos que é também, um imaginário de superiores e inferiores. Nesse contexto, os direitos de todos são, simultânea e ambigüamente, afirmados e questionados. Em terceiro lugar,

o sentido desses enfrentamentos acaba por resultar de um verdadeiro campo de forças onde se debatem imagens diferenciais de projetos de desenvolvimento urbano representadas por diferentes facções econômicas, sociais e políticas, tanto a nível municipal como estadual, e que incluem interesses imediatos de grupos econômicos locais.

Surge, assim, um quarto aspecto a ser considerado. Trata-se do papel do Estado. No jogo das oposições e confrontos, **todos** acabam por esperar do Estado, enquanto o governo, que se coloque como mediador e promova a adequação dos interesses particulares a uma ordem geral e legítima. O problema é que, ao assumir esse papel de mediador, o Estado acaba por promover acomodações insatisfatórias para todos. Reproduz-se, assim, todo um elenco de queixas e desconfianças reveladoras de como são esperadas soluções de uma esfera já previamente desgastada pelos diferentes pactos sociais que comandam a expansão urbana das cidades do litoral.

Em síntese, os confrontos que se dão no dia-a-dia refletem e reproduzem outros tipos de enfrentamento, em outros níveis de estruturação da sociedade, que contribuem para facilitar o reconhecimento do fato de que a praia é de todos, mas nem todos são verdadeiramente iguais. Há "iguais" e "iguais", uns mais próximos da cultura, outros (quem sabe ?) mais próximos da natureza, distinção que se manifesta em todas as esferas da sociedade, e o espaço do lazer não é um espaço neutro. Nele está presente a reprodução de uma desigualdade que, originária da produção da vida material, se realiza em vários planos, e acopla os espaços geográficos aos sociais. Das periferias locais, onde se mora, acaba-se em periferias transferidas, com a coincidência de tensões, ainda que expressas sob outros conteúdos.

A tentativa coletiva e organizada de ocupar um espaço na praia torna-se, então, parte de um processo mais global de construção de uma visão de si mesmos e do mundo. Essa visão é problematizadora do desejo de ocupar um outro lugar na hierarquia social, desejo esse que se torna ação/reivindicação porque mediado pela noção de direito como um valor. No "dia na praia", tornado festa na praia, constrói-se uma identidade, e abre-se um espaço de percepção da cidadania que representa a dimensão da política na festa. Assim, a praia — metamorfoseada em cultura — revela-se como linguagem que permite a expressão do que é o poder em nossa sociedade e de a quem esse poder interessa.

BIBLIOGRAFIA

- DA MATA, Roberto — A casa e a rua — Brasiliense, 1985.
 _____ — Carnavais, malandros e heróis — Zahar, 1980.
 GEERTZ, Clifford — A interpretação culturas — Zahar, 1978.
 GAUCHET, Marcel — Le desencantement du monde — Gallimard, 1985.

- HOGGART, Richard – As utilizações da cultura – Editora Presença, 1973.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens – Rd. Perspectiva – 1980.
- IZARD, Michel et Smith, Pierre (org.) – La Fonction symbolice – Gallimard, 1979.
- LEFEBVRE, Henri – O direito à cidade – Documentos, 1969.
- MACEDO, Carmen Cinira – A reprodução da desigualdade – Ed. Vértice, 1986.
- _____ – Veredas da Violência: Brasil – Anuário Antropológico 84 – Tempo Brasileiro, 1985.
- _____ – Tempo de Gênesis: o povo das comunidades Eclesiais de Base – Brasiliense 86.
- MAGNANI, J. G. – Festa no Pedaco – Brasiliense, 1984.
- MONTES, M. L Meyer, M. – Redescobrimdo o Brasil: a festa na política – Brasiliense, 1985.

CONSIDERAÇÕES SOBRE LAZER E EDUCAÇÃO EM SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAIS

Luiz Gonzaga Godoi Trigo
Instituto de Filosofia – PUCAMP

INTRODUÇÃO

Na **Comunicarte** número 05 do primeiro semestre de 1985 (IAC – PUCAMP), escrevi um artigo intitulado “As Heranças do Imaginário Beat”. Existe uma relação entre o tema sobre os Beats e este tema sobre sociedades pós-industriais.

Este texto, contudo, não é uma simples continuação das colocações sobre os movimentos sociais das décadas de 1950 e 60. Ele abrange alguns aspectos das sociedades contemporâneas nos países capitalistas desenvolvidos.

O panorama mundial atual é bastante diferente do panorama de alguns poucos anos atrás, pois nestas duas últimas décadas a alteração profunda das condições de existência de muitos países, alteraram também a cultura, a ideologia e a filosofia destes povos: As ciências humanas, principalmente a filosofia, têm sido desafiadas para co-responder às novas facetas da sociedade, até então inéditas para o homem.

Os movimentos da década de 1960 desbobraram-se na história, em momentos muito diversos dos imaginados por teóricos da época. A futurologia parece não ser o forte dos cientistas sociais.

Hoje o mundo passa por transformações cada vez mais rápidas em seus aspectos práticos e teóricos e as crises não são isoladas e bem definidas. Seus contornos são tênues, seus desdobramentos e soluções não se fixam necessariamente nos seus próprios limites conceituais ou situacionais. As crises interligam-se no tempo e no espaço geográfico e as respostas à questões colocadas acabam gerando outras perguntas ainda mais inquietantes.

Neste texto abordarei alguns aspectos destas sociedades contemporâneas denominadas Pós-Modernas (este termo traz consigo dúvidas e contradições que ainda estão sendo discutidas academicamente) em uma sociedade Pós-Industrial. Reduzirei a análise para uma das regiões dos Estados Unidos da América do Norte.

São fragmentos de uma realidade muito ampla mas extremamente significativos para os nossos interesses. Enfoquei os setores de comunicação, lazer e educação, nesta sociedade avançada tecnologicamente, encarando-os como atividades inter-relacionadas e tratadas, pelo capital, como mercadorias de alto consumo e passíveis de gerar altos lucros.

O PÓS-MODERNISMO

O termo Pós-Moderno aplica-se aos aspectos sócio-culturais das sociedades Pós-Industriais. Estas sociedades pós-industriais são os países do primeiro mundo (América do Norte, Europa Ocidental e Japão) que possuem alta tecnologia.

A alta tecnologia é também denominada de "produtos da Segunda Revolução Industrial". Outros termos válidos são "Tecnologia de Ponta" ou o termo em inglês "High Tech". As pesquisas são feitas principalmente nos campos da cibernética, informática, semiologia, engenharia genética, astrofísica, eletrônica e bioquímica. A filosofia tenta desesperadamente abarcar teoricamente esta nova riqueza material que floresceu nestas últimas décadas.

Em 1979 o francês Jean-François Lyotard publicou uma obra intitulada "O Pós-Moderno". Chegou ao Brasil em 1986 em meio a uma nascente discussão da comunidade acadêmica e de alguns meios de comunicação sobre o pós-modernismo.

Para Lyotard, o que se alterou nos meios teóricos contemporâneos não foi apenas a substituição de uma "má" concepção de ciência (o empirismo, por exemplo) mas uma modificação da natureza mesma da ciência e das universidades, provocada pelo impacto das transformações tecnológicas sobre o saber. "O quadro teórico do filósofo com a sua problemática do conhecimento ficou ineficaz e a própria filosofia tornou-se um meta-discurso de legitimação da ciência. O pós-moderno como condição de cultura na era pós-industrial, caracteriza-se pela incredulidade perante o meta-discurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes". O cenário pós-moderno é essencialmente **cibernético-informático** e a fonte de todas as fontes é a **INFORMAÇÃO** e a ciência é um certo modo de organizar, estocar e distribuir estas informações, seletivamente.

Para Lyotard o saber é a mercadoria por excelência no mundo pós-moderno. O conhecimento é e será cada vez mais traduzido em quantidades de informação. O saber perde o seu valor de uso para ficar com o valor de troca. Sendo o saber a principal força de produção, Estados-Nações se degladiarão para dominar as informações, assim como nos passado se degladiaram para dominar territórios e rotas comerciais.

A legitimação da ciência seria dada pela eficiência e pelo desempenho, e o saber deixaria de ser produzido exclusivamente pelas universidades para ser co-produzido com as empresas multinacionais que subsidiariam institutos e universidades. Assim como o mercantilismo possibilitou a acumulação de capital que deflagrou a revolução industrial, esta por sua vez gerou no processo o capitalismo monopolista e financeiro que acumula ainda mais capital. Este capital financiaria agora um nível mais avançado de conhecimento aplicado e teórico: a alta tecnologia.

O acúmulo sempre crescente de capital e tecnologia dilata sempre mais as fronteiras das pesquisas, cada vez menos ortodoxas. Hoje já temos produtos inimagináveis alguns anos atrás nos campos da computação, holografia, artes, cinema, comunicação e outros ramos do universo da inteligência e da imaginação.

O capital contrataria e suportaria caríssimos programas de pesquisas universitárias, desde que estes projetos interessassem praticamente aos donos deste capital. Apesar do interesse, mútuo no caso, haveria calculadamente uma parcela de liberdade para pesquisadores "descompromissados", que trabalhassem quase que apenas teoricamente, pois todas as pesquisas a princípio sem vislumbres de praticidade, algum dia serão usadas em algo, de alguma maneira rentável. São raras as pesquisas que ao serem descartadas como impossíveis ou economicamente inviáveis, não deixem como sub-produto algum ganho considerável de conhecimento que servirá a outros propósitos.

Além da tecnologia, a cultura está presente nas sociedades pós-modernas. Não é uma cultura única. É um amálgama, um pastiche formado por várias culturas que se traduz em modas, costumes, hábitos, arquitetura e produtos de consumo de massa os mais variados possíveis. São efêmeros, reciclados e repostos com grande intensidade e seu consumo é voraz em meio aos sentimentos paradoxais de êxtase e tédio. No final do texto está uma pequena indicação bibliográfica para aqueles que desejem aprofundar-se no pós-modernismo.

Apresentarei três exemplos que trazem consigo muitas das características acima citadas. São grandes atrações turísticas do Estado da Flórida, nos Estados Unidos.

Escolhi a Flórida por entender que o capitalismo nesta região está suficientemente desenvolvido para ser inserido nos parâmetros entendidos como sendo pós-modernos. Poderia citar o Estado da Califórnia, as cidades de New York, Toronto, Paris ou Londres, mas foi necessária uma quantidade não tão grande de dados a serem expostos em espaço limitado.

Nestas regiões o capitalismo caracteriza-se por estar grandemente concentrado no setor terciário: comércio, lazer, turismo, bancos, educação, saúde e comunicações de massa.

As sociedades que apresentam indústrias de tecnologia de ponta e setor de serviços sofisticados e importante, têm aspectos mui diversos das sociedades que ainda estão na primeira revolução industrial.

A intimidade do capital com o lazer e a educação, permeados pela técnica tem produzido empreendimentos interessantes de se conhecer. Vamos a alguns deles.

WALT DISNEY WORLD – (WDW)

No final da década de 1970, foi traduzido no Brasil o Livro **“Para Ler o Pato Donald”**, de Ariel Dorfman e Armand Mattelart. Escrito ainda durante o breve regime de Salvador Allende, o texto procurava explicitar para o público latino-americano a ideologia subliminar às histórias em quadrinhos do grupo Disney, desmascarando o moralismo, o colonialismo e a pretensão dos Estados Unidos em ter uma cultura superior aos países latino-americanos. Estes aspectos ideológicos estariam sutilmente embutidos nas histórias e estas são parcialmente analisadas pelos autores, que realçam os fatos que formam esta teoria.

Este tipo de análise foi muito pesquisado e difundido pela Escola de Frankfurt, procurando demonstrar que por detrás dos propósitos de lazer e informação dos meios de comunicação de massa, existiam mecanismos ideológicos para “reproduzir as relações de produção” nas sociedades capitalistas.

O desenvolvimento desta teoria, seus fundamentos e críticas aos sistemas capitalista e socialista, são assuntos “que fogem a este pequeno texto, mas a lembrança é oportuna para contextualizar a obra de Mattelart.

Em uma outra obra publicada no Chile e no México, Mattelart mostra a articulação inter-empresarial nos países capitalistas avançados, privilegiando a cultura, o lazer e as finanças em seu estudo.

Este texto chama-se **“La Cultura Como Empresa Multinacional”**, e utiliza amplamente a “cultura de massa” como embasamento de sua crítica ao capitalismo.

Com as posteriores reflexões sobre o Pós-Modernismo, algumas destas abordagens ficaram um pouco deslocadas no processo histórico, pois inúmeros dados observados nas sociedades de alto consumo, alteraram parcialmente estas premissas levantadas durante mais de duas décadas. Não tenho a mínima pretensão de dizer que jogou por terra a Escola de Frankfurt, apenas que ampliou o número de variáveis a serem interpretadas na análise de nossa cultura cada vez mais complexa e tornada mais diferenciada acima.

O mundo criado pelo grupo Disney, por exemplo, não é apenas algo construído para reproduzir a alienação do capital, como afirma Mattelart, ou então "uma utopia degenerada, uma ideologia realizada sob a forma de mito, a quintessência da ideologia consumista" como afirma Levis Marin, citado por Umberto Eco em "**Viagem na Irrealidade Cotidiana**". Walt Disney World, por exemplo, é tão gigantesca e influencia tão variados aspectos da vida norte-americana, que não cabe ser analisada em um modelo teórico "fechado" ou acabado.

O grupo Disney iniciou-se na década de 1920, com as tiras para jornais dos quadrinhos desenhados por Walter Disney. Com a formação de uma pequena equipe, revistas periódicas começaram a ser publicadas e posteriormente os desenhos foram sendo transpostos para o cinema. Os desenhos passavam por uma animação cada vez mais sofisticada, seja em forma estética e conteúdo das histórias, seja nos aspectos técnicos vários deles inéditos como som, cor e a própria tecnologia de animação.

O capital do grupo foi crescendo até que em 1955 foi inaugurado o primeiro grande empreendimento denominado "Disneyland". Este parque de diversões permanente, para adultos e crianças, foi construído nos arredores de Los Angeles, Califórnia, custou 132 milhões de dólares e ocupa uma área total de 174 acres.

O capital cresceu ainda mais e os sonhos também. Uma concepção muito mais moderna e ampliada foi inaugurada em 1971 em Orlando, Flórida. Walt Disney World (WDW) ocupa uma área de 28.000 acres e já foi investido no complexo (até 1987) cerca de 1,7 bilhões de dólares. Até 1988 serão investidos mais 600 milhões de dólares em um estúdio cinematográfico e em um "resort" com vários hotéis e clubes noturnos. WDW é a maior atração turística do mundo, sendo visitada anualmente por cerca de **20 milhões de pessoas**.

O guia oficial da WDW tem 176 páginas de texto e chama-se "**Steve Birnbaun WDW Guide**".

A construção de WDW tem-se dado por etapas. Alguns hotéis e o Reino Mágico foram inaugurados em 1971. Em 1982 foi inaugurado o Protótipo Experimental de uma Comunidade do Futuro (Experimental Prototype Community of Tomorrow — EPCOT).

Enquanto o Reino Mágico atende à uma clientela infanto-juvenil ou adulta, porém desprezenciosa em questões de lazer, o EPCOT Center possui um conceito definido de lazer para adultos e crianças, ligado à educação e pesquisa em acordo com algumas grandes empresas associadas ao grupo Disney para a exploração do EPCOT.

As atrações no EPCOT são divididas em duas grandes áreas:
 — **Mundo do Futuro** — Espaço Terra (AT & T); Universo da Energia (Esso); Mundo da Locomoção (General Motors); Viagem Através da

Imaginação (Kodak); A Terra (Kraft); EPCOT Computer Central (Sperry Computadores); Horizontes (General Electric); e os Mares Vivos (United Technologies).

A cada uma destas atrações uma empresa, nomeada entre parênteses, e cada empresa destas financiou e explora em conjunto com WDW, uma atração relacionada com a sua linha de produtos. É um grande trabalho de Marketing diretamente ligado ao lazer, à educação e ao turismo.

— **Exposição Mundial** — São pavilhões permanentes de alguns países: Canadá, Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos, Itália, Rep. Fed. Alemanha, Rep. Pop. da China, Marrocos, México e Noruega e ser inaugurado em 1988.

Cada um destes países tem atrações, lojas, restaurantes e conjuntos artísticos próprios. A decoração que identifica os povos e as nações cai irremediavelmente em um estereótipo geográfico e arquitetônico, mas EPCOT Center vista em seu conjunto tem um visual tão diferentemente fragmentado, que a incongruência total de formas e estilos, gera uma harmonia indiscutivelmente pós-modernista.

O grupo Disney em conjunto com as empresas filiadas, desenvolveu tecnologias para uso próprio e posterior venda a terceiros.

As áreas pesquisadas e desenvolvidas são as relativas à computadores, filmes e vídeo, comunicações, transportes, sistemas de controle ambiental, sistemas energéticos, técnicas para shows (áudio efeitos especiais), engenharia e estatística.

Há no EPCOT um Centro de Professores (Teachers Center) aberto para os pais, educadores e pesquisadores. O Centro dispõe de dossiês com endereços das empresas participantes das pesquisas conjuntas com a Disney Inc., bibliografia, brochuras e os detalhes de todos os projetos envolvidos na construção e manutenção dos parques.

Este Centro é ligado a Walt Disney Educational Media, uma empresa dedicada à comercialização de video-tapes, "Kits" educacionais, filmes, livros didáticos e programas de computadores para estudantes.

Há os chamados Guias de Estudo Complementar, que são uma unidade educacional completa com planos de aulas para os professores, atividades de leituras, testes, exercícios e sugestões de atividades de avaliação para os alunos. Estes Guias de Estudo utilizam como suporte pedagógico as atrações de WDW e a temática dos quadrinhos e filmografia Disney. Podem ser reservados "tours" educacionais para escolas, com visitas técnicas aos bastidores das atrações e na visita da infraestrutura de serviços de WDW.

Alguns dos participantes neste "pool" educacional centrado na Disney Inc. são: American Council for Arts, American Film Institute, Foundation for Philosophy of Creativity, National Theatre of the Deaf, NASA, National Academy of Sciences, University of California.

Em "World Showcase" existe um programa de intercâmbio de estudantes dos países que possuem um pavilhão em EPCOT. Estes estudantes ficam estudando e trabalhando (nos seus respectivos pavilhões em EPCOT) por um espaço de seis meses.

Além de todas as companhias e institutos anteriormente citados há nomes como Coca-Cola, a agência de viagens do cartão American Express e grupos internacionais de restaurantes que não podem ser omitidos. Em Walt Disney World Village a ligação entre lazer e turismo é expressa no conjunto de hotéis que instalaram unidades na área interna de WDW e são monitorados pela mesma. São os hotéis das cadeias Hilton, Sheraton, Buena Vista, Marriott e outros.

O calendário de eventos especiais de WDW compõe-se de datas cívicas, históricas, as festas de final de ano, campeonatos de golfe e tênis, etc. Em cada uma destas comemorações são organizados desfiles temáticos, espetáculos com fogos de artifício, danças e música. Nos dias de maior fluxo de visitantes, WDW comporta até 18.000 visitantes simultaneamente. Quando as bilheterias eletrônicas acusam este número os portões são fechados. Em alguns dias da semana entre o Natal e o Ano Novo de 1986, os portões foram fechados às onze horas da manhã.

SEA WORLD

Harcourt Brace Jovanovich (HBJ) é uma das maiores editoras do mundo. Publica cerca de 1.500 títulos anualmente, incluindo textos escolares, científicos, livros médicos, ficção e não-ficção, livros de economia e direito. Publica também dezenas de periódicos escolares e destinados ao público do mundo dos negócios.

Baterias de testes para mensurar aptidão e competência são publicados por uma subsidiária do grupo "The Psychological Corporation" para uso em escolas, governo e indústria.

No ramo do turismo HBJ possui os parques marítimos chamados SEA WORLD. São três grandes parques, um em San Diego na Califórnia, outro no centro dos Estados Unidos e o mais famoso em Orlando, Flórida.

Recentemente adquiriram o parque "Cypress Gardens" (Jardim Ciprestes) em Winter Haven, Flórida e um grande parque de diversões,

o "Circus" também em Orlando e o está remodelando completamente. Cypress Gardens é uma síntese perfeita do "Kitsh" americano.

HBJ não é cultura e turismo. Uma das principais divisões da companhia é um grupo de empresas de seguros sediado em Battle Creek em Michigan.

Em 1984, HBJ completou a mudança de seu quartel general para Orlando, onde está instalado em um belo edifício recoberto de vidros foscos ao lado do Sea World. O grupo é também sócio de hotel de Sea World, o Wyndham Hotel.

Neste parque aquático são exibidos diariamente cerca de uma dezena de shows com golfinhos, focas, orcas, esqui-aquático, patinação no gelo e adestramento de animais para exibição. Sua infra-estrutura turística compõe-se de lojas, restaurantes e uma malha de serviços preparada para receber milhares de visitantes diários.

Tours especiais são organizados para escolas e grupos privados interessados em pesquisas no campo de biologia marinha, oceanografia, construção e manutenção de grandes aquários artificiais.

Recentemente no Sea World de Orlando nasceu a primeira orca em cativeiro no mundo e está sobrevivendo satisfatoriamente.

Ainda nos arredores de Sea World, está outra atração do mesmo grupo, "Places of Learning" ou Locais de Aprendizado.

É uma grande loja especializada em produtos pedagógicos e escolares em geral. São mais de 3.800 títulos de textos clássicos e obras literárias em geral para crianças e jovens. Há dicionários, atilhas, software (programas para computadores), jogos didáticos e brinquedos.

O local também mantém um atendimento especializado para pais, professores e estudantes. Promove torneios culturais, palestras e encontros mensais dedicados à cultura e, naturalmente, à difusão dos produtos da HBJ.

O complexo de Sea World é a segunda maior atração turística de Orlando.

CABO KENNEDY

O Centro Espacial Kennedy, está localizado na costa leste da Flórida a algumas milhas a sudeste de Orlando, ocupando uma área de 56.700 hectares. Desde o início da década de 60 este Centro tem sido símbolo das glórias espaciais do Ocidente, centrado no programa Espacial dos Estados Unidos. O Centro é coordenado pela NASA (Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço).

De Cabo Kennedy foram lançados os programas Mercury e Gemini, o projeto Apollo que levou o primeiro homem à lua em julho de 1969 e o laboratório espacial "Skylab" lançado na década de 70 e que reentrou inesperadamente na atmosfera terrestre em 11 de julho de 1979, causando um grande susto em razão da indeterminação geográfica de sua queda.

Em 12 de abril de 1981, cerca de oitenta mil pessoas postadas nas estradas que levam ao Centro e os seus arredores, e milhões de telespectadores ao redor do mundo viram a espaçonave Colúmbia elevar-se entre jorros de fogos e nuvens de fumaça, inaugurando uma nova era em termos de viagens espaciais por ser uma nave reutilizável.

Em 28 de janeiro de 1986 o mundo via, perplexo, outra nave deste mesmo tipo explodir segundos após a decolagem, transformando-se em uma bola de chamas e fumaça recortada contra o céu azul do céu de inverno na Flórida. Morreram os sete tripulantes.

Este acidente paralisou temporariamente o programa espacial americano e, até, 1988 quando deve reiniciar os lançamentos, o Centro Espacial Kennedy estará em plano terciário como atração turística.

O centro está preparado para receber multidões de turistas. Em sua ÁREA concentram-se o setor industrial, de pesquisas, os complexos destinados aos lançamentos de foguetes, edifícios para rastreamento e controle das missões em andamento, telecomunicações, treinamento e hospedagem de astronautas e técnicos.

Por ter um programa que consome bilhões de dólares dos contribuintes e sempre dependente da aprovação do Senado Federal, a NASA preocupa-se bastante com a sua imagem junto ao público.

Atualmente a sua imagem explodiu juntamente com o desastre da Challenger, mas em tempos normais toda uma estrutura específica garantia à imprensa a cobertura completa dos lançamentos, matérias sobre os futuros programas e a divulgação de pesquisas levadas à efeito no espaço.

Dentro de toda esta área técnica está instalado o Centro de Visitantes, encarregado de recepcionar turistas de todo o mundo. Há um museu do espaço, loja de "souvenirs" onde são vendidas até as refeições consumidas pelos astronautas no espaço, restaurante e uma área ao ar livre onde estão várias réplicas (ou originais) dos foguetes lançados do Centro. A Trans World Airlines (TWA) tem a concessão para a exploração de "tours" em ônibus por dentro de instalações preparadas para dar ao público um "show" sobre o espaço.

Atividades educacionais são muito valorizadas. A comunidade acadêmica é mantida atualizada com as pesquisas da NASA através de conferências, encontros técnicos, TV educacionais e programas com

professores que variam de seminários com um dia de duração, até trabalhos que se prolongam por duas semanas.

Cerca de cinqüenta mil estudantes visitam o Centro Anualmente. Suporte educacional é fornecido para centros de ciências, planetários, feiras de ciências e escolas interessadas. Há um programa denominado Young Astronaut (Jovem Astronauta), para alunos de primeiro e segundo graus. Estes adolescentes passam alguns dias em Dallas, Texas, onde está situado o controle geral da NASA.

Nestes cursos são dados rudimentos teóricos sobre astronáutica, exercícios práticos e simuladores de vôo e de sobrevivência no espaço. O equipamento utilizado é tão sofisticado quanto o das missões reais, portanto o preço destes "campos de férias espaciais" é bastante elevado.

O programa espacial tem atraído a atenção do público e da comunidade acadêmica em especial, além das inúmeras empresas que fornecem à NASA os caríssimos componentes das naves. O "Space Shuttle" por exemplo, custou cerca de dez bilhões de dólares na totalidade do programa e garantiu lucros (e prejuízos) razoáveis ao complexo bélico-industrial que o construiu e às seguradoras envolvidas em sua proteção.

O projeto do "Shuttle" foi muito criticado pelos opositores à militarização do espaço, por ser um dos componentes principais do programa de defesa antinuclear estratégica no espaço, popularizado pela imprensa junto ao público, com o nome de "Guerra nas Estrelas". Por outro lado o projeto foi apoiado por aqueles que pensam que as pesquisas espaciais trarão inúmeros benefícios e avanços à ciência contemporânea.

Um produto tão caro e carente de um consenso sobre a sua utilidade e possibilidades é necessariamente feito por duas partes distintas, mas que se completam. De um lado estão as pesquisas, a construção das naves, o treinamento dos tripulantes para as missões e a interligação de todos os milhares de componentes técnicos envolvidos. De outro lado está o trabalho junto ao público através dos meios de comunicação de massa, das escolas e das relações públicas conseguida na exploração da potencialidade turística do Centro Espacial.

A simpatia do povo e os votos favoráveis do Congresso Americano precisam ser conseguidos — e mantidos — através da venda de uma imagem íntegra, digna e emocionante do programa espacial. Sendo assim os turistas, a imprensa e a comunidade acadêmica representam mais do que lucros imediatos oriundos dos serviços oferecidos. Representam possibilidade de conseguir simpatia e apoio do povo, de cativar futuros clientes e de manter abertas as linhas de crédito provenientes do governo e das Forças Armadas.

O programa espacial sempre representou para os Estados Unidos e a União Soviética, o mais belo e complexo produto da tecnologia

e da ciência. É uma questão de honra e de nacionalismo ter os melhores equipamentos, as naves mais eficientes e seguras e conseqüentemente ser a vanguarda nesta alta-tecnologia.

Na edição de outubro de 1986, a revista norte-americana "National Geographic" publicou uma reportagem com mais de quarenta páginas sobre o programa espacial soviético. Na capa da revista estava impressa a pergunta que atormenta tanto os americanos quanto os soviéticos: "Estão eles à nossa frente?".

As pesquisas espaciais são na verdade o mais espetacular projeto engendrado pelo capital. O sucesso das séries de aventuras no espaço e de ficção científica passa pela emoção profunda que o universo desperta em quase todos os seres humanos.

Quem hoje detiver maior conhecimento e tecnologia terá, como os antigos navegadores europeus em busca de novas terras, o predomínio na corrida espacial e conseqüentemente, em estratégia militar, novas tecnologias e novos produtos industriais para mercados até hoje não totalmente imaginados.

IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS EM ORLANDO

A cidade de Orlando sempre teve a sua economia baseada na produção de frutos cítricos e, mais recentemente, no reflexo indireto do movimento turístico nos balneários da costa oriental da Flórida e na movimentação da NASA em Cabo Kennedy.

Com a inauguração de Walt Disney World muitas outras atrações turísticas vieram para aproveitar o fluxo sempre crescente de turistas na área. Foram construídos hotéis, motéis, restaurantes, casas noturnas, shopping-centers reforçando sempre mais a oferta de serviços. A média de estadas na cidade é de três a cinco noites, para que as pessoas desfrutem de tudo o que há para se ver e fazer. Há vôos fretados que saem do Brasil para ficar de sete a dez noites somente em Orlando.

Os dados fornecidos pela Câmara de Comércio de Orlando mostram como a cidade cresceu após a chegada do carro-chefe das atrações A Walter Disney World, em 1971.

— Desde 1970 a população da área de Orlando cresceu de 453.270 habitantes para 815.249 habitantes em 1984.

— O tráfego aéreo do aeroporto de Orlando saltou de um milhão de passageiros em 1970 para quase nove milhões de 1984.

— Nos últimos quinze anos a oferta de apartamentos nos hotéis explodiu de 6.300 para 54.000 atualmente, com uma média de ocupação anual de 70%. (Excelente).

— A força de trabalho que era de 185.844 empregados em 1970 foi para 424.000 trabalhadores em 1984.

— A posição econômica geral no panorama dos Estados Unidos que a cidade ocupava em 1970 era em 75º lugar. Em 1984 ela estava em 47º lugar.

Os recursos geridos por esta economia sempre crescente são em maior parte oriundos do setor terciário, uma característica das sociedades capitalistas avançadas.

NÓS PERANTE O MUNDO

O lazer, a informação e a educação são hoje definitivamente mercadorias de troca tanto quanto de uso. Quem produzir e vender estas mercadorias com maior competência, garantirá cada vez mais capital e poder, oriundos dos subprodutos do conhecimento científico e tecnológico.

Esta mercadoria "lúdico-cultural" provém em grande parte de conglomerados econômicos multinacionais, e seus produtos ultrapassam geralmente até mesmo as fronteiras ideológicas tradicionais como o capitalismo e o socialismo. Evidentemente o capital monopolista não pode abarcar toda a produção cultural universal e transformá-la em unidades padronizadas de consumo, e isto nem interessa a produtores ou consumidores ávidos de novidades periodicamente. Se existe, por um lado, o barulho" cultural destinado às massas mais pobres, há um imenso potencial de cultura mais sofisticada e trabalhada, destinada às "elites" liberais, com um grau médio de escolaridade e com condições econômicas de consumir produtos que não sejam apenas de subsistência cotidiana.

Nos países subdesenvolvidos ou entrando em desenvolvimento, a formação e a educação de seu povo tem que passar pela conscientização dos mecanismos de opressão e exploração que os países mais ricos desenvolveram através da história, para garantir a si mesmos privilégios e garantias de uma vida mais confortável. Esta conscientização deve levar à busca de melhores relações a nível internacional entre países mais pobres e mais ricos, e tentar a implantação de um sistema que lhes traga o desenvolvimento pleno, não truncado ou prejudicado pela concentração dos problemas que este mesmo desenvolvimento causa nos países desenvolvidos. No Brasil terminamos por ficar, em vários setores, com apenas as mazelas que um projeto tecnológico nos trouxe, sem usufruir de nenhum dos seus benefícios. O programa nuclear foi um destes projetos mal planejados e mal executados.

De qualquer modo a educação das nações emergentes deve realizar saltos qualitativos em busca de tecnologia de ponta. Se não houver empenho em adquirir conhecimento sobre a alta tecnologia e seus efeitos sociais e culturais nos países que já contam com ela, correremos o risco de ficar cada vez mais atrasados no processo histórico do planeta. Nosso atraso será no campo tecnológico prático e no campo teórico do saber.

Não quero dizer com isto que devemos copiar modelos inteiros, importar modas e produtos indiscriminadamente e abandonar irresponsavelmente nossas características regionais. Aliás as más características como a corrupção e inconsciência sócio-política poderiam ser efetivamente substituídas por um caráter mais socializador e responsável.

Países como o Brasil, México e Argentina têm um processo de desenvolvimento a-sincrônico (bolsões de riquezas e sabedoria convivem com setores de miséria e ignorância, não sendo a ignorância privilégio das classes subalternas e nem a sabedoria exclusiva das classes dominantes) e já estamos no meio de um processo que nos levará, em parte, à uma vida dita pós-moderna.

Apesar de nossas dúvidas e limitações, precisamos pensar seriamente e realizar alterações no campo da informação, educação e buscar melhorar nossos níveis de competência geral. Não importa o sistema sócio-político e econômico que desejamos seguir. Se não houver esta competência científico-tecnológica ligada à consciência social, jamais teremos condições de sair de nossas crises tão cíclicas quanto ridículas.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

SOBRE PÓS-MODERNISMO:

CALIFÓRNIA — in *Jornal da Tarde* de 21/07/1984.

ECO, UMBERTO — *Viagem na Irrealidade Cotidiana* — Rio, Ed. Nova Fronteira, 1984.

LEIA Livros de junho de 1986. Vários artigos.

LYOTARD, Jean-François — **O PÓS-MODERNO** — Rio, José Olímpio Ed., 1986.

SANTOS, Jair Ferreira dos — **O Que é Pós-Modernismo** — São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. Col. Primeiros Passos nº 165

SOBRE CULTURA DE MASSA:

MATTELART, Armand e Dorfmann, Ariel – **Para Ler o Pato Donald**
Comunicação de Massa e Colonialismo – São Paulo, Ed. Paz e
Terra, 1977.

MATTELART, Armand – **La Cultura como Empresa Multinacional**
México, Série Popular Era nº 1979.

SWINGEWOOD, Alan – **O Mito da Cultura de Massa** – Rio, Ed. Interciên-
cia, 1978.

DIVERSOS:

BIRNBAUM, Steve – **Walt Disney World Guide** – Houghton Mifflin Co.
& Diversion Communications Inc. – 1938.

BEARD, Richard – **Walt Disney's EPCOT Center** – Creating the new
World of Tomorrow – New York, Harry N. Abrams Inc. Pub.,
1982.

BROCHURAS e "Press Releases" cedidos pelo serviço de relações públicas
da Walt Disney World, Disneylandia, Walt Disney Educational Media
Company, Teacher's Center at EPCOT.

FOLHETO publicitário da HBJ.

FOLHETOS e brochuras veiculados pela NASA no John F. Kennedy
Space Center.

NATIONAL Geographic – vol. 170, nº 04 – Outubro de 1986.

DISCOVER – Science Magazine – Janeiro de 1987.

RESENHAS

GAELZER, Lenea.

Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre. Porto Alegre, D. C. Luzzatto Ed., 1985, 106 páginas.

Lenea Gaelzer, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde está à frente dos cursos de especialização em Lazer e Recreação, traz com **Ensaio à liberdade**, o resultado de mais uma fase do seu esforço constante de reflexão nessa área, esforço esse que já havia produzido, anteriormente, entre outros trabalhos, **Lazer: bênção ou maldição?** (Sulina, 1979).

A primeira consideração sobre a nova obra de Lenea não pode deixar de ser positiva, uma vez que a autora se lança num terreno pouco explorado — o tempo livre e nele o lazer —, sobretudo em se tratando das relações com o processo educativo verificado na escola.

No estudo, a educação para o tempo livre é considerada como “o processo do qual a escola se vale para preparar o indivíduo para a liberdade” (p. 57), e a liberdade é vista como “aquela que deverá proporcionar o máximo de oportunidades, para que os indivíduos aprendam sobre fatos que ainda desconhecem, e utilizem este conhecimento na vida prática, em suas ações” (p. 38).

Embora estejam presentes algumas referências à ocupação “saudável” do tempo livre (p. 48), ou considerações do tipo: “a importância da liberdade e do seu estudo na educação é justamente porque não se sabe de que maneira os indivíduos a usarão” (p. 39), não se verifica tão acentuadamente, como no trabalho anterior da autora, a visão “moralista” das atividades de lazer. Mas, está presente, de forma marcante, uma visão “compensatória” do lazer, que a despeito da alienação do trabalho e do “comercialismo” da indústria cultural, apontados pela própria educadora, é por ela considerado como “um processo livre, educativo e criador que oportuniza a auto-análise e a descoberta da dimensão humana” (p. 36). O tempo livre é analisado, de forma abstrata, como “tempo de libertação no qual todos têm o direito de sair de dentro de si mesmos ou de viver para si” (p. 23).

No decorrer do texto, a autora fala com insistência na “educação para o futuro”, no “homem que virá”, em “aprender para o futuro”, colocando que “não se sabe, na verdade, o que o futuro reserva à humanidade, e isso, decididamente, interfere no destino que se quer dar à educação” (p. 22). Será que os questionamentos sobre a educação devem ser colocados nesse nível — um futuro ideal, que guie a tarefa educativa? Que futuro é esse? Quem o determina? Não seria o caso de se considerar a educação no presente, suas possibilidades frente às necessidades de mudança, enxergando o homem como agente do processo histórico e, portanto, participante das possibilidades desse “futuro”?

Embora colocando que “é preciso procurar entender que a civilização humana tem vida própria; que todas as tentativas de aperfeiçoamento devem dar-se dentro de uma estrutura geral que não pode ser controlada” (p. 94), o que o texto passa, no geral, é a crença na autonomia do plano cultural, baseada em “concepções de liberdade e ensino”, um tanto distantes da realidade social. Isso não ocorre, no terceiro capítulo da segunda parte: “a expressão criadora na pedagogia do lazer e

os professores", quando a autora parte da análise da realidade escolar, a partir de dados preliminares de pesquisa realizada, em 1980, em Porto Alegre, junto às escolas estaduais de primeiro grau.

Estudo que "longe de pretender dar soluções às dificuldades dos processos pedagógicos, gostaria, antes de tudo, de provocar reflexões que estimulassem o convite à prática da expressão criadora dentro e fora da escola" (p. 40), **Ensaio à liberdade**, através de suas colocações polêmicas, contribui para o debate sobre as questões que envolvem o tempo livre nas suas relações com a educação.

Nelson Carvalho Marcellino

OLIVEIRA, Paulo de Salles
Brinquedo e indústria cultural
Petrópolis, Vozes, 1986, 96 páginas

Analisar os brinquedos em sua seriedade, considerando-os como "manifestações concretas de dominação social e cultural" (p. 9), é a proposta do sociólogo Paulo de Salles Oliveira, em **Brinquedo e indústria cultural**.

O autor, que já havia publicado, anteriormente, **Brinquedos artesanais e expressividade cultural** (SESC, 1982), e **O que é brinquedo** (Brasiliense, 1984), traz nesse novo trabalho, originalmente sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais (PUC-SP), outra contribuição importante a esse assunto tão significativo, mas pouco explorado entre nós.

O texto final é resultado de pesquisa bibliográfica interpretada com precisão, e de trabalho de campo, nem sempre explicitado, que o autor classifica de "oculto" (p. 12), englobando entrevistas com crianças, pais, educadores, industriais e comerciantes da área.

A análise não é efetuada de maneira abstrata, situando-se "no contexto histórico da sociedade brasileira atual", reconhecendo "que seu substrato se aloja no modo de produção capitalista, tal qual se estabelece em um país dependente, econômica, social, política e culturalmente" (p. 33). Dessa forma, delimitando a área da pesquisa, o sociólogo a restringe aos brinquedos industrializados, uma vez "que são eles, caracteristicamente, que expressam as determinações do modo capitalista de produção" (p. 36).

Procurando "decifrar" o brinquedo, o autor apresenta, de modo sintético, as principais contribuições, no âmbito da Psicologia e da Sociologia, nesse campo, destacando as diferenças de seu significado para crianças e adultos. Deixa caracterizada, ainda, de forma precisa, a "noção de brinquedo" que orientará o estudo, distinguindo-o da brincadeira e do jogo.

Nos três capítulos centrais da obra, o brinquedo é analisado como mercadoria, mensagem e adestramento:

— no primeiro deles, a abordagem dialética é baseada no conceito de mercadoria de Marx, passando pelo "princípio da propriedade". Nele é destacado o papel desempenhado pelos brinquedos no processo de dominação ideológica;

— no segundo, é estudada a vinculação brinquedo/indústria cultural de modo específico, dando ênfase às relações imperialistas manifestadas no plano cultural: "Junto com a diversão que lhe é inerente, o brinquedo é portador de idéias, valores e mensagens identificadores dos pilares da cultura capitalista" (p. 53). Os brinquedos são ainda enfocados na perspectiva da sociologia da família, como meios de en-

tendimento das contradições entre adultos e crianças. Desse prisma, a sociedade capitalista é situada "como algoz das classes subalternas e das relações entre pais e filhos" (p. 68).

— no terceiro, é destacada a relação brinquedo/informática, onde o autor revela os "segredos do brinquedo eletrônico" e discute a questão da tecnologia, criticando tanto os adeptos da modernização, quanto os que são portadores da concepção "romântica" da questão.

Na conclusão, o sociólogo retoma "a questão do brinquedo na sociedade capitalista", e discute "alguns de seus aspectos mais expressivos na formação social das crianças" (p. 84). São distinguidas características gerais dos brinquedos industrializados (a propriedade, o fetichismo, a exaltação do herói, a banalização da cultura e a questão da passividade) e outras mais específicas dos brinquedos eletrônicos.

No geral, esse estudo sociológico dialético, procura "desmascarar a dominação cultural que os brinquedos exercem sobre as crianças numa sociedade capitalista" (p. 90). Embora a ênfase esteja situada no processo de dominação, a visão que o autor coloca não é unilateral, uma vez que são registradas as possibilidades da dimensão lúdica dos brinquedos, e da reação, reinterpretação e mesmo da negação, pelos pequenos, do mundo imposto pelos adultos. Seria interessante que esse segundo aspecto fosse retomado, mais detidamente, em trabalho futuro.

Trabalho de pesquisa sério, relatado em linguagem clara e precisa, **Brinquedo e indústria cultural**, com certeza, é de interesse para todos aqueles que se preocupam com as atividades culturais, quer como área de estudo, quer como campo de atuação, de modo geral, e especificamente na infância.

Nelson Carvalho Marcellino

GUIMARÃES, Áurea Maria.

Vigilância, punição e depredação escolar.

Campins, Papirus, 1985, 183p.

A atualidade da temática é a primeira observação que se deve fazer a respeito do trabalho de Áurea Maria Guimarães, **Vigilância, punição e depredação escolar**. A questão, apesar de estar presente no cotidiano dos educadores, de modo particular, e da população em geral, que dela toma conhecimento diretamente, nas suas comunidades, ou através da imprensa, não tem suscitado o esforço de análise que merece; portanto, deve-se destacar também a oportunidade do estudo dessa socióloga.

Motivado pela vivência profissional da autora, a partir do seu trabalho como assistente técnica da CONESP-Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo, o livro, originalmente sua dissertação de mestrado, na área da Filosofia da Educação (PUCAMP), é a combinação bem articulada entre pesquisa bibliográfica aprofundada e trabalho de campo, realizado em escolas públicas de primeiro e segundo graus, na cidade de Campinas-SP. A pesquisa é levada a efeito tendo por base uma "hipótese inicial que haveria uma relação entre vigilância, punição e depredação escolar" (p. 15).

Na delimitação da pesquisa, Áurea opta "por estudar a depredação efetuada somente pelos alunos", uma vez que, num só trabalho seria impossível analisá-la de forma global. Justifica tal delimitação, argumentando que "embora aconteça em menor escala, esse tipo de violência chamou minha atenção porque à primeira vista pareceu-me que ocorria em quase todas as escolas onde a direção se caracterizava pelo seu rigor punitivo" (p. 15).

Na primeira parte do trabalho, "A escola anti-educativa", a autora nos dá conta da pesquisa bibliográfica, analisando a "vigilância e punição na escola, segundo a ótica de Michel Foucault", relacionando a escola e a realidade, a partir de estudos do IDAC-Instituto de Ação Cultural e destacando os pontos de similaridade entre as teses dessas duas fontes.

Na segunda parte, "Violência na Escola", são destacados, num primeiro momento, os critérios para análise das escolas, formulados a partir de pesquisa bibliográfica. No segundo capítulo dessa parte é que o livro torna-se ainda mais interessante, pois a análise da autora é baseada e intercalada por depoimentos dos alunos, colhidos em entrevistas, motivadas por discussões baseadas em desenhos, onde a escola é apresentada separadamente: isolada, em atitude de depredação e de cooperação para conservação. Os depoimentos são de alunos de 5ª a 8ª série do primeiro grau. Assim, a temática é analisada a partir da perspectiva dos alunos: a vigilância, como "instrumento de controle e dominação", a punição, "muito mais uma forma de discriminar comportamentos do que castigar" e a depredação, como "um campo de violência aproveitado". Ao final, a autora coloca que "muitos caminhos estão sendo apontados pelos próprios alunos; é preciso que os educadores ouçam o que eles têm a dizer" (p. 136). Baseada nisso, no terceiro capítulo, "elementos para uma antidiplina", Áurea deixa, novamente, a palavra com os alunos, examinando suas reclamações, considerações favoráveis à escola e sugestões.

Com relação à hipótese inicial a conclusão é que "não há uma relação direta entre o rigor dos sistemas de vigilância e punição e a depredação do prédio", uma vez que a autora encontrou "escolas com um rígido sistema de disciplina e que não são danificadas; em outras, a disciplina inexistente, mas o prédio é depredado; como também há estabelecimentos onde a rigidez disciplinadora parece ocasionar a depredação feita por alunos" (p. 133). A afirmação geral da socióloga é que "todas as escolas pesquisadas em Campinas apresentam-se fundamentalmente autoritárias, confundindo liberdade com desorganização e disciplina com repressão" (p. 134).

O texto preciso de Áurea é ilustrado com trinta e quatro desenhos de alunos de 1ª a 4ª série, perfeitamente integrados nas discussões, retratando a maneira como a escola é "entendida" por quem a frequenta. Felizmente, a autora indica, na Introdução, sua intenção de retomar o estudo, através do material colhido junto às crianças, mediante essa forma de expressão. Os critérios e dados estatísticos do estudo, fazem parte da obra em apêndice.

Atual, oportuno e corajoso, o livro é leitura obrigatória para todos aqueles educadores, administradores escolares, ou não, engajados no processo de construção de uma escola "onde os alunos e professores tenham suas palavras ouvidas" e "realizem juntos o aprendizado da autoridade (sem autoritarismo) e da liberdade (sem licenciosidade)" (p. 158).

Nelson Carvalho Marcellino

Institutions interested in exchange of publications are requested to address to * **Las instituciones interesadas en el cambio de publicaciones son invitadas a dirigirse a** * Les institutions que désirent établir un échange de publications sont priés de s'adresser a * **Le istituzioni che vogliono ricevere questa pubblicazione in forma di cambio fare la richiesta.**

**Revista Reflexão
Instituto de Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Rua Marechal Deodoro, 1099 – Centro
Telefone (PABX) 2-7001 – Ramal 29
13100 – CAMPINAS – SP (BRASIL)**



REFLEXÃO

ISSN 0102-0269

Revista quadrimestral do Instituto de Filosofia
PUCCAMP

Diretor responsável: Tarcísio Moura

Editor Responsável: Constança Marcondes Cesar

Conselho Editorial: Antônio Joaquim Severino, Constança Marcondes Cesar, Francisco de Paula Souza, João Carlos Nogueira, J. F. Regis de Moraes, Moacir Gaddoti, Newton Aquiles von Zuben e Tarcísio Moura.

Colaboradores efetivos: Alino Lorenzon, Alquerme Valvassori, Antonio Carlos Ber-go, Eduardo Chaves, Elisabete M. Marchesini de Pádua, Gabriel L. Santiago, Germano Rigacci Jr., Haroldo Niero, Hilton Japiassu, Jamil C. Sawaia, Jefferson Ildefonso da Silva, João Batista de Almeida Jr., João Francisco Duarte Jr., João Ribeiro Jr., José Benedito A. David, José Luiz Archanjo, José Luiz Sanfelice, José Luiz Sigríst, Lúcia Maria Rodrigo, Luiz Roberto Benedetti, Maria da Piedade E. de Almeida, Paulo de Tarso Gomes, Paulo Moacir G. Pozzebom, Pedro Goergen, Roberto Gomes, Rubem A. Alves, Ruy Rodrigues Machado, Salma T. Muchail, Vera Irma Furlan.

Capa — Geraldo Porto

Lay-out e Arte Final: Alcy Gomes Ribeiro

Diagramação e composição — Supervisão Geral: Anis Carlos Fares; Coordenadora: Celia Regina Fogagnoli Marçola; Equipe: Ivany Maria Victorino e Maria Rita A. Bulgarelli.

Paginação: Alcy Gomes Ribeiro

Impressão — Encarregado: Benedito Antonio Gavioli; Equipe: Ademilson Batista da Silva, Airton Roberto Anesi, Douglas Heleno Cioffi, José Ferreira Ribeiro, Luiz Carlos B. Grilo, Nilson José Marçola e Ricardo Maçaneiro.

Auxiliares de Administração: Regina Delboni, Rute de Cássia Estevão e Solange Carvalho

A Revista **Reflexão** aceita colaborações que lhe forem espontaneamente enviadas, reservando-se o direito de publicá-las ou não. Os originais não serão devolvidos. Os trabalhos enviados não devem exceder 30 laudas datilografadas, de 30 linhas cada uma, em espaço duplo, e remetidos em três vias. As citações bibliográficas do corpo do texto devem ser registradas em notas no final do trabalho, e nelas assinalados: nome do autor (em ordem direta, com sobrenome em maiúsculas), título do documento citado (grifado), cidade, editora, data e número de páginas.

Redação e Administração: Rua Marechal Deodoro, 1099 — Centro
13100 Campinas SP — Tel.: (0192) 2-7001 — Ramal 29

Distribuição: Papirus — Livraria-Editora
Rua Barreto Leme, 1178
13100 Campinas SP — Tel.: (0192) 32-7268

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Grão-Chanceler: D. Gilberto Pereira Lopes

Magnífico Reitor: Prof. Eduardo José Pereira Coelho

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos: Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos: Prof. Antonio José de Pinho

Pároco e Coordenador-Geral da Pastoral: Pe. José Arlindo de Nadai.

Paulo de Salles Oliveira

Tempo livre, trabalho e lutas sociais

Nelson Carvalho Marcellino

Considerações sobre valores expressos por autores brasileiros na relação lazer-educação

Katia Brandão Cavalcanti

Tempo livre, lazer e luta ideológica

Maria Izabel de Souza Lopes

É pirueta prá cavar o ganha-pão

João Ribeiro Júnior

Algumas considerações sobre o ócio como lazer

Luiz Alberto Lorenzetto

Jogo, imaginação e generosidade

Lênea Gaelzer

O compromisso social da educação para o tempo livre

Norma Felicidade Lopes da Silva

A dimensão ideológica do lazer

Carmen Cinira de Andrade Macedo e

Luis Cláudio Mendonça Figueiredo

Domingo na praia -- A dimensão simbólica do lazer popular

Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Considerações sobre lazer e educação em sociedades pós-industriais

Resenhas